

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

BIANCA DE OLIVEIRA MELO

Turismo de raízes de afro-norte-americanos em Salvador, Bahia: construindo uma abordagem geográfica.

Roots tourism with Afro-North American In Salvador, Bahia: building an geographic approach

São Paulo

2024

BIANCA DE OLIVEIRA MELO

Turismo de raízes de afro-norte-americanos em Salvador, Bahia: construindo uma abordagem geográfica.

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M528t Melo, Bianca
Turismo de raízes de afro-norte-americanos em
Salvador, Bahia: construindo uma abordagem
geográfica. / Bianca Melo; orientadora Rita Cruz -
São Paulo, 2024.
54 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Turismo de raízes. 2. Turismo na Bahia. 3.
Turismo diaspórico. 4. Afroturismo. 5. Turismo
afroamericano. I. Cruz, Rita, orient. II. Título.

MELO, Bianca de Oliveira. **Turismo de raízes de afro-norte-americanos em Salvador, Bahia**: construindo uma abordagem geográfica. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho aos meus pais, Remo e Rosangela, que cotidianamente me ensinaram a acreditar em mim mesma; aos meus amigos de curso com quem compartilhei alguns dos melhores anos de minha vida; a todas as mulheres pretas deste mundo que ousaram querer algo além do *Vestígio*¹.

¹**SHARPE, Christina.** *No vestígio: Negridade e existência.* São Paulo: Ubu Editora, 2023. 256 p.

RESUMO

MELO, Bianca de Oliveira. **Turismo de raízes de afro-norte-americanos em Salvador, Bahia**: construindo uma abordagem geográfica.. 2024. 55 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Este trabalho reúne as principais contribuições até o momento acerca do tema do turismo de raízes praticado por afro-norte-americanos que visitam a cidade de Salvador, Bahia, no Brasil. Introduzimos reflexões acerca deste fenômeno a partir do saber geográfico, pensando na construção do lugar turístico, na criação de fluxos (materiais e imateriais) entre os envolvidos, no estabelecimento de relações entre grupos sociais com identidades compartilhadas (identidade negra, diaspórica) e distintas (identidade nacional) de forma simultânea e contraditória. A pesquisa é realizada por meio da análise de obras que perpassam o tema do turismo, da diáspora, da opressão sofrida pela população negra afro-norte-americana e afro-brasileira, entre outros temas tangenciais. Este trabalho é uma tentativa de organização geral do tema e contribuição para a reflexão crítica a partir de ferramentas da geografia, integrando o espaço, o turismo e as identidades de um grupo social.

Palavras-chave: Turismo de raízes. Turismo de diáspora. Turismo em Salvador. Turismo de massa. Diáspora negra africana. Afroturismo. Salvador. Lugar turístico.

ABSTRACT

This work brings together the main current contributions on the topic of roots tourism practiced by Afro-North Americans who visit the city of Salvador, Bahia, in Brazil. We introduce reflections about this phenomenon from a geographic knowledge, thinking about the construction of the touristic place, the creation of (material and immaterial) flows between those groups involved, the establishment of relationships between social groups with shared (black, diasporic) and distinct (national) identities in a simultaneous and contradictory way. The research is carried out through the analysis of works that cover the themes of tourism, diaspora, oppression suffered by the black Afro-North American and Afro-Brazilian population, among other tangential themes. This work is an attempt to a general organization of this theme and contribution to critical reflection using geography tools, integrating space, tourism and the identities of a social group.

Keywords: Roots tourism. Diaspora tourism. Tourism in Salvador. Mass tourism. Black African diaspora. Afrotourism. Savior. Tourist place.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabelas

Tabela 1: Dados populacionais para o estado da Bahia do Censo 1980. Pág. 19

Figuras

Figura 1: Modelo conceitual dos tipos de turismo de raízes. Pág. 30

Figura 2: Mapa simplificado de terminologias no turismo de raízes. Pág. 31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMBRATUR: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

UNWTO: United Nations World Tourism Organization

CAHT: Coordenação do Turismo Étnico Afro

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. TERMOS E CONCEITOS.....	21
2.1. TURISMO, LUGAR E GEOGRAFIA.....	21
2.2. A QUESTÃO TERMINOLÓGICA.....	23
3. TURISMO DE RAÍZES: AFRO-NORTE-AMERICANOS EM SALVADOR.....	32
3.1. A CONTRADIÇÃO DO LUGAR TURÍSTICO.....	41
3.2. O TURISMO DE RAÍZES E O TURISMO DE MASSA.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
Livros.....	52
Artigos em Periódicos.....	53
Capítulos de Livros.....	53
Documentários.....	53
Dissertações e Teses.....	53
Vídeos.....	53
Relatórios e Websites.....	54
Reportagens.....	54
Decretos e Leis.....	54

1. INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno que surge entre os membros da elite aristocrática europeia no século XVIII, ganhando forma no século XIX e sendo difundido e massificado no século XX. Tem sua origem atrelada principalmente ao Reino Unido, berço da Revolução Industrial, com a qual possui uma relação essencial.

A principal teoria, aceita atualmente, é a de que o turismo surge enquanto prática das elites que, avessas a comportamentos capitalistas que surgem com a intensificação da Revolução industrial e do regime de trabalho, buscavam o ócio e o lazer por meio de viagens à paisagens bucólicas e afastadas. Tais práticas vão aos poucos sendo copiadas e difundidas entre os burgueses e depois entre as massas populares, com o avanço da sociedade industrial (BOYER, 2003).

Entre os passeios que mais ficaram famosos, popularizando-se e sendo difundidos em larga escala estão os balneários, as águas termais e os cassinos. Era comum a crença, na época, de que “os ares do campo curam”, e a medicina da época receitava banhos em águas termais para tratar uma série de patologias. Os cassinos eram atrativos praticamente essenciais às estações turísticas, desempenhando a tarefa de lazer e entretenimento. Os balneários eram estruturas instaladas nas praias, munidas de toda a comodidade necessária para a estadia das altas classes sociais da época. Durante o verão, destinos ao longo do “Mediterrâneo estival” enchiam de turistas e cada vez mais ficavam famosos (BOYER, 2003, p. 46).

Ainda com base nos estudos de Boyer (2003) é possível compreender como tal fenômeno de elite se massificou, principalmente na segunda metade do século XX. A história aponta para um fluxo em que os *gatekeepers* (uma elite aventureira) “inventaram” os destinos turísticos por meio da documentação de experiências individuais que foram sendo copiadas pelas camadas sociais mais próximas até que a burguesia passou a experimentar algumas temporadas em estações termais e casas de campo, no século XIX. Já no século XX grandes estrelas do cinema, teatro, escritores, etc. passaram a ser os responsáveis pela novidade, tendo sido eles imitados pela alta burguesia, quando se começou a observar partidas mais numerosas. As camadas da baixa burguesia, camponeses e operários, ficaram separadas do resto da sociedade por uma barreira cultural muito forte, em que suas

férias ficam restritas à liberação do trabalho, e pouco entram no campo cultural (BOYER, 2003, p.35-36).

A segunda metade do século XX se caracterizou, em escala global, pela regulamentação do período de férias remuneradas dos trabalhadores, por um expressivo aumento da classe média nos países do centro capitalista, e também por um aumento na participação dos Estados na construção do turismo enquanto atividade econômica a ser desenvolvida, o que resultou em aumento dos fluxos de viajantes no mundo. O turismo foi difundido em escala global, determinando o surgimento de cidades que dependem majoritariamente da atividade turística, como, por exemplo, Acapulco, no México (RODRIGUES, 1996).

Em se tratando de Brasil, as fontes históricas informam que o turismo teria chegado aqui pelo Rio de Janeiro, no início do século XX. Freire-Medeiros e Castro (2013, p.13) marcaram este início com a vinda do navio *Byron*, da filial de Nova York das agências Thomas Cook de viagens internacionais. Durante a primeira metade do século os avanços em relação ao mercado turístico ainda eram em prol de um fenômeno de elite, com limitadas iniciativas como a criação de hotéis de luxo (1923), a construção da Estátua do Cristo Redentor (1922-1931), e a revitalização de parques e estrutura da cidade em geral. Entretanto, é na segunda metade do século XX que o turismo no Rio de Janeiro (e no Brasil) irá se firmar como um fenômeno de massa, integrando o mercado internacional.

Seguindo a tendência mundial, o turismo de massa ganha força no Brasil no período pós Segunda Guerra Mundial. Conforme assinalado anteriormente, este foi um período caracterizado por uma população empregada que goza de um período de férias remuneradas garantidas por lei, assim como por um Estado que começa a criar políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo tanto em escala municipal, quanto em escala estadual e federal. Secretarias, Comissões, Ministérios são criados, verbas são destinadas à revitalização do patrimônio local, subsídios são providenciados para a construção de hotéis, entre outras iniciativas. O turismo (principalmente internacional) passa a ser visto como um mercado lucrativo no qual vale a pena investir.

É nesse momento, também, que a imagem da cidade será associada ao “tropical”, “sensual” e “natural” (Freire-Medeiros e Castro, 2013, p. 20). No ano de 1966, em meio às repressões da Ditadura Militar, criou-se a EMBRATUR, empresa destinada a cuidar do desenvolvimento turístico brasileiro. Nota-se que,

historicamente, os regimes repressivos utilizaram o turismo como ferramenta para divulgação de imagens nacionais de acordo com seus interesses. Em seu site institucional a EMBRATUR nos diz que “a necessidade de adaptação às novas dinâmicas da globalização da economia e do turismo produziram inúmeras campanhas de divulgação do Brasil no exterior com diferentes enfoques: praias, gastronomia, música, futebol, cultura e riquezas naturais”. Houve, assim, na segunda metade do século XX, um movimento do Estado para adequar-se ao mercado mundial do turismo. Foi preciso criar um produto que fizesse do Brasil um destino turístico distinto, porém, ao mesmo tempo, que se enquadrasse no padrão internacional de normas e estrutura.

O Rio de Janeiro segue sendo o cartão postal brasileiro até os dias de hoje. Entretanto, nas últimas décadas se observou a inserção de muitas cidades no circuito turístico nacional. De acordo com o site da EMBRATUR, um dos principais fatores que levaram à expansão do turismo para o resto do país foram os desenvolvimentos automobilístico e rodoviário. Entretanto, Boyer parece inverter esta lógica ao analisar o nascimento e difusão do turismo na Europa. Vejamos:

O progresso dos meios de viagem é um fator que pesou; não foi uma “condição *sine qua non*”. Em si mesmos, nenhum destes meios foi criador de locais de turismo, indicador de formas. “O axioma da indispensabilidade” da estrada de ferro foi recentemente questionado por economistas americanos; eles mostraram que a estrada de ferro não era o fundamento do poderio americano ou a base da conquista do Oeste; da mesma forma, podemos constatar que as diligências, as estradas de ferro, os aviões não foram inventados pelos turistas, ou para facilitar o turismo. Os “trens de prazer” da Belle Époque não fizeram a fama de Nice ou de Decauville, esta fama já existia. [...] Não confundamos fator, causa e consequência. Na maior parte do tempo, o progresso dos meios de viagem seguiu o progresso do turismo, ao invés de precedê-lo (BOYER, 2003, p. 68).

Segundo Rodrigues (1996, p.22), “o turismo reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles”. São eles: áreas de dispersão, ou áreas emissoras (responsáveis pela formação de demanda); fluxos visíveis e não visíveis (de turistas, informação, capitais, etc.); núcleos receptores (onde se produz o espaço turístico). Neste trabalho, os Estados Unidos são identificados como a área de dispersão, a cidade de Salvador, da Bahia, no Brasil, é o núcleo receptor. Os diversos fluxos que compõem o fenômeno serão tratados ao longo da pesquisa.

Pode-se dizer que o turismo de raízes, foco deste trabalho, é um subproduto das movimentações das populações diaspóricas ao longo do século XX. Na sua

primeira metade - período em que, algumas décadas após o fim da escravidão, observa-se pouca melhora nas condições sociais e políticas deste grupo social -, revoltas ocorrem tanto nos Estados Unidos como no Brasil, provocando agitação política e efervescência cultural singular. Já na sua segunda metade, os resultados dessas movimentações se refletem em diversos campos, sendo o turismo um deles. Uma considerável ascensão da classe média afro-norte-americana, combinada com o boom do turismo e com os movimentos de afirmação racial tanto nos EUA quanto no Brasil ajudam a formar o cenário no qual o turismo de raízes irá se desenvolver. Segue-se algumas considerações importantes sobre este tema.

A literatura encontrada a respeito do turismo de raízes praticado por norte-americanos afrodescendentes afirma que o surgimento do fenômeno está relacionado ao movimento negro pelos direitos civis — cuja “fase clássica” ocorreu entre 1954 e 1965 (HALL, 2005) —, assim como aos movimentos políticos que se seguiram, nas décadas de 1970 e 1980, Estados Unidos (PINHO, 2018; QUEIROZ, 2008). Neste período o mundo observou a mobilização de milhares de pessoas, que reivindicavam o fim do regime segregacionista e racista imposto pelas chamadas “Leis Jim Crow”. O que surge com episódios de enfrentamento não violento (por parte dos manifestantes negros) a tais leis, ganha líderes que organizam, inspiram e mobilizam a comunidade negra que mesmo após o fim da escravidão vivia relegada à margem da sociedade norte-americana, que não mediu esforços para preservar sua estrutura racista e supremacista.

Os movimentos iniciais envolviam atos de enfrentamento ao regime segregacionista legitimado pelas chamadas “*Jim Crow Laws*”, em vigor desde 1877. Estas leis previam que deveria haver espaços separados para pessoas negras e brancas em escolas, ônibus, restaurantes, igrejas, entre outros espaços. As leis se assentavam em um princípio de superioridade dos brancos, causando violências e humilhações diversas à população negra norte-americana da época. Nomes como o de Martin Luther King Jr., assim como o de Malcolm X começam a ganhar força e liderar multidões de trabalhadores cujos destinos eram marcados pela opressão.

Após o ato de revogação das *Jim Crow Laws* (1965), o movimento teria, segundo a narrativa tradicional, entrado em declínio. Entretanto, Hall nos oferece uma perspectiva diferente, em que as vitórias dos anos 1960 na verdade representaram uma revolução social duradoura, em que “milhares de pessoas comuns escancararam suas portas para darem passagem ao movimento que

trabalhou para criar novas e integradas instituições onde antes não havia nada” (2005, p.11). Em outras partes do país a população negra se organizou politicamente e continuou reivindicando direitos. Cada vez mais surgem estudos que mostram que na década de 1970, com o movimento Black Power, ocorre um fortalecimento político afro-americano. Ocorrem por todo o país mobilizações no sentido de descentralizar o ensino das escolas de qualidade, assim como democratizar o acesso ao trabalho.

A essa turbulência social e política do século XX (em que a população negra norte-americana tomava para si a tarefa de reposicionar o negro na sociedade) soma-se, ainda, um cenário econômico favorável no pós Segunda Grande Guerra, em que se observa o crescimento da classe média nos Estados Unidos, mobilizada (entre outros fatores alheios ao objetivo deste trabalho), pelo trabalho nos moldes da revolução industrial. O país obteve crescimento econômico em grande parte por financiar a Guerra fornecendo empréstimos, armas, suprimentos, e até mesmo soldados. O Pós Segunda Grande Guerra é o momento em que os Estados Unidos se consagram como potência mundial, e o cenário econômico resulta em um aumento considerável da classe média norte-americana. Ainda que de forma mais modesta, a população negra dos Estados Unidos participa desse processo. Isto nos importa porque o poder econômico crescente aliado à estrutura do trabalho (tempo de trabalho x tempo livre/férias remuneradas) são as chaves que possibilitaram a explosão do turismo para a população afro-norte-americana.

Não podemos deixar de mencionar que muitas outras esferas são influenciadas por este fôlego de luta da comunidade afro-americana, tais como a música, o cinema, a literatura, etc. O negro norte-americano embarca em uma jornada que possui uma dimensão individual e outra coletiva em busca de autoestima, conhecimento, reconhecimento e empoderamento. É aí que este então se depara com fatos irreconciliáveis sobre seu passado: o apagamento da cultura africana dos povos que foram trazidos pelo tráfico negreiro. Ao investigar o passado de seus ancestrais, é possível saber sobre a condição de escravidão a que foram submetidos, aos movimentos de resistência e à incrível luta pela liberdade. Entretanto, percebe-se que o que se conhece é o negro aculturado: cristão, protestante, e talvez por isso tão distante das práticas e modos de vida daqueles que chegam às colônias após realizar a viagem forçada em direção à escravidão. Du Bois, em “As almas do povo negro” nos oferece alguns exemplos de como o negro

norte-americano enxergava o modo de vida dos negros do século XIX e XX como desviante, atrasado, devasso (DU BOIS, 2021). A tradição parece ter sido perdida.

Capone (2018) faz uma breve reflexão a respeito da noção de tradição e como as comunidades lidam com ela. Segundo a autora, um dos motivos que levam uma comunidade a procurá-la é “quando a tradição é vista como um ideal perdido em face das mudanças determinadas pelo avanço da sociedade” (2018, p. 265). Com base nas obras de Hobsbawm e Ranger, ela afirma ainda que:

A perda da tradição seria, assim, o motor dessa busca das origens, cujo objetivo é sempre a reconstrução de um estado original. O movimento em direção ao passado com frequência se torna um instrumento político para legitimar a posição ocupada pelo grupo que reivindica sua tradicionalidade no seio de uma sociedade hierarquizada. Quem possui uma tradição possui um passado, uma continuidade histórica que o metamorfoseia em sujeito de sua própria história: afirmar sua tradicionalidade equivale a se distinguir dos outros, aqueles que não têm mais identidade definida. Construir sua própria representação do passado - a tradição - passa a ser assim um meio de negociar a posição ocupada na comunidade em questão”(p.265).

O negro norte-americano encara a necessidade de legitimar-se perante a sociedade norte-americana, e partir em busca de sua história a fim de reconstruir uma tradição é uma das ferramentas utilizadas para este fim. Isso significa, além de uma jornada de busca coletiva por autoafirmação, uma estratégia de fortalecimento e reconhecimento pelo outro, aquele com quem mede forças na sociedade. O orgulho negro que era difundido entre os jovens da época passava pela tarefa de compreender as origens de seu povo, ressignificando o que por tanto tempo foi posto como inferior, repugnante, atrasado. Fica evidente que a sua narrativa, que se assenta sobre a busca de suas raízes com o objetivo de resgatar uma conexão que foi perdida com sua ancestralidade, também funciona como uma estratégia de legitimação, de tomada de poder político e social.

É por meio do turismo, portanto, que parte da população afro-norte-americana enxerga a possibilidade de realizar a jornada de busca por suas raízes. Munidos de um mínimo poder de compra e em um contexto histórico de *boom* do turismo, nas décadas de 1970 em diante, eles se tornam um expressivo núcleo emissor de turistas, visitando diversos países do continente africano, América Central e América do Sul (PINHO, 2018).

No caso brasileiro, uma análise sobre o contexto histórico revela que alguns eventos colaboram para o nascimento do fenômeno turístico aliado à valorização da

cultura afro, o que será aproveitado para o turismo de raízes. A virada para o século XX do Brasil é marcada pela busca por uma identidade nacional que pudesse garantir a estabilidade interna da frágil jovem república. Além disso, poucos anos após a abolição da escravidão, o país procurava lidar com o legado de séculos de tráfico negreiro: a população brasileira era majoritariamente composta de ex-escravos, pessoas negras ou mestiças. Segundo Jeferson Bacelar (2001), a realidade dos últimos africanos na Bahia, neste período mostra que:

A sociedade baiana não queria mudanças no seu multissecular sistema de valores e práticas. Salvador em 1872 tinha 16.468 escravos para 112.641 homens e mulheres. Já em 1884, possuía no máximo 5.000 escravos. Entretanto, permanecia como um bastião da resistência escravista”(p.44).

Já a partir das primeiras décadas do século XX é difundida uma ideia de cultura brasileira harmoniosa, apoiada na narrativa da “democracia racial”, presente em obras como “Casa grande & Senzala” de Gilberto Freyre. Esta obra foi amplamente difundida e usada pelos intelectuais e pelo poder público. Donald Pierson, um antropólogo afro-norte-americano “hoje considerado uma das figuras responsáveis pelo desenvolvimento da Sociologia no Brasil” (BACELAR, 2001, p.89), foi influenciado por ela para desenvolver suas “hipóteses” sobre a questão racial no país, que defendia a harmonia racial por meio da miscigenação.

Capone afirma que “os anos 1930 são um período de grandes transformações tanto culturais quanto políticas na sociedade brasileira” (2018, p.240). Foi uma década de grande repressão e numerosas insurreições, que culminaram numa ditadura: o Estado Novo de Vargas. Observa-se, portanto, a alta repressão à minorias típicas de uma ditadura empregada pelo mesmo governo que promove a narrativa da democracia social, que se estende à década de 1940.

Para que essa narrativa fosse amplamente aceita e o Brasil fosse visto como uma sociedade harmoniosa, que enterrou o racismo junto com a escravidão, era preciso eliminar da cultura afro alguns elementos, aqueles que não eram bem vistos pela sociedade em geral. Muitos elementos, rituais, e divindades das religiões do candomblé e afins foram escamoteados, ressignificados, ou amenizados, para que a narrativa da “união entre as raças” ganhasse força. Figuras religiosas como Exú, uma entidade relacionada à liberdade sexual e promoção de interesses individuais, e também a Pombagira, uma figura relacionada à liberdade feminina, são associadas a forças perversas e ao demônio cristão. A macumba deveria, segundo esta visão,

ser evitada, e até mesmo combatida pela força de segurança pública. Os terreiros, para garantirem sua continuidade, condenavam certas práticas rituais, ainda que fizessem parte de suas obrigações religiosas. A “magia negra” era associada a um candomblé degenerado, enquanto o candomblé puro apresentaria as condições necessárias para ser tolerado na sociedade brasileira da época (Capone, 2018).

Luis Henrique Tavares, em seu trabalho “História da Bahia” (2001), conta que em 1947, Otávio Mangabeira assumiu o cargo de governador do estado da Bahia. Ele assumia um estado

[...] pobre, atrasado e ferido por sucessivas interventorias do Estado Novo [...]. Faltava carne na cidade de Salvador. A carestia de vida era enorme. A economia baiana mais atuante era a do cacau. Ela fornecia porém ‘mais divisas ao país’ do que à Bahia, dependia do mercado externo e sofria com a legislação tributária federal. Faltavam escolas, hospitais, estradas de rodagem, portos marítimos e fluviais, navios e estradas de ferro (p.460, 461).

Além disso, Tavares (2001) nos conta que o governo de Otávio Mangabeira (1947-1951) enfrentou uma crise urbana dramática, resultado do êxodo rural de milhares de famílias do interior do estado para Salvador. Diversas áreas foram ocupadas, entre elas a do Corta-Braço, no bairro da Liberdade; a área alagada da Massaranduba, hoje Avenida Tiradentes; e a vila Ruy Barbosa. Importa dizer que durante o referido mandato, o estado recebeu significativos investimentos em educação e cultura. Durante este período a cultura baiana foi incentivada, e artistas internacionais foram convidados a cantar pela Sociedade Artística do Brasil (SCAB). Por fim, o governo de Otávio Mangabeira foi marcado pela repressão e truculência policial. Diversos relatos de repressão a protestos políticos foram registrados (TAVARES, 2001).

Na década de 1950 a cultura afro-brasileira era tida como preservada nos estados do nordeste, enquanto no sudeste se encontrava a cultura “degenerada”. Muitos antropólogos e outros pesquisadores passam a viajar para a Bahia, visitando os terreiros de candomblé mais famosos, como a Casa Branca, o Gantois e o Axé Opô Afonjá, buscando conhecer melhor as religiões afro que, segundo se afirmava amplamente, resistiram ao processo de aculturação branca (Capone, 2018).

Nos anos 60 o Brasil entra novamente em um regime ditatorial. Ao mesmo tempo, muitos artistas passam a promover a cultura da Bahia, viajando para os terreiros e se iniciando neles. Cantores como Maria Bethânia, Caetano Veloso, entre

outros, inserem a cultura afro-baiana e aspectos do candomblé em suas letras, o que traz muito prestígio aos terreiros. A Bahia é cada vez mais apresentada como um lugar onde não existe mais racismo, um lugar onde se pode encontrar a cultura afro em seu estado puro, sem a deturpação das influências europeias (religiões sincréticas). “O candomblé nagô [...] tornou-se sinônimo de tradição e cultura baiana” (Capone, 2018, p. 261).

Para além das imagens veiculadas a respeito da realidade racial da Bahia (e do Brasil) da época, dados no CENSO de 1980 mostram que as pessoas negras representavam 77,31% da população do estado da Bahia. Observa-se também que a população negra formava maioria entre as pessoas com até um ano de estudo, assim como entre as pessoas com renda que ganhavam até um salário mínimo. Cerca de 75% da população que estava entre os menos instruídos e remunerados eram pretas ou pardas. Em contraposição, entre os mais bem remunerados do estado (que representam aproximadamente 0,25% da população baiana), a população preta e parda representava apenas 31,43% (ver tabela 1).

Censo 1980: dados para o Estado da Bahia				
	População	Até 1 ano de estudo	Até 1 sal. mínimo	Mais de 20 sal. mínimos
Total	9.455.392	5.059.930	1.758.419	24.075
Branca	2.062.961	951.164	320.260	16.226
Preta	1.054.064	637.591	267.773	342
Parda	6.256.182	3.429.033	1.157.036	7.225
Pop preta/parda	7.310.246	4.066.624	1.424.809	7.567
% Pop preta e parda	77,31%	80,37%	81,03%	31,43%

Tabela 1: Dados populacionais para o estado da Bahia. **Fonte:** Censo IBGE, 1980.

Os dados apresentados nos dão respaldo para concluir que a realidade racial no estado da Bahia não estava de acordo com a narrativa da democracia racial que se projetava através de diversas estratégias, entre elas o turismo. Por mais que os conflitos sociais internos estivessem em seu auge, com a população afro-brasileira sofrendo os efeitos da pobreza, humilhação, falta de empregos, violência policial, perseguição política e tantos outros conflitos, a realidade era escondida, os meios de comunicação eram controlados, os opositores do regime ditatorial eram silenciados.

É neste contexto contraditório, em que coexistem o prestígio e a opressão, que Salvador da Bahia vai passar a receber fluxos cada vez maiores de turistas,

entre eles os afro-norte-americanos. Frequentando os mesmos lugares que os outros turistas, os seus roteiros não mudam substancialmente. Entretanto, eles buscam algo diferente dos outros, criando novas demandas para o turismo da região. Justifica-se assim estudar o turismo de raízes em separado do turismo cultural, turismo étnico, e turismo afro.

2. TERMOS E CONCEITOS

2.1. TURISMO, LUGAR E GEOGRAFIA

O conceito de lugar sempre foi caro à ciência geográfica, tendo sido utilizado por diversos geógrafos em seus trabalhos. Na segunda metade do século XX, ganhava força o trabalho de autores marxistas, dando origem ao que se chama atualmente de geografia crítica. Entre as principais contribuições da geografia crítica à discussão do conceito de lugar, está o **cotidiano** que compreende o espaço vivido, o **modo de produção capitalista** que organiza o mundo em escala global, e a forma como essas múltiplas escalas de reprodução da vida **coexistem e se relacionam**. Trabalhos de geógrafas como Amélia Damiani (2001) e Ana Fani Carlos (2007), entre outros, abordam esta articulação. Segundo Alves e Scarlato, por exemplo:

[...] mesmo os lugares nos quais a paisagem aparentemente não se pareça urbana, uma vez que associada à produção agrícola, por exemplo, já aí se encontram os elementos que marcam tendencialmente o modo de vida que fundamenta a sociedade urbana, a saber: o individualismo, a mercantilização de todas as coisas e relações, o consumismo, a simultaneidade dos eventos, a rapidez, a fragmentação, a homogeneização e a hierarquização que impactam diretamente a vida cotidiana (ALVES e SCARLATO, 2019, p.146).

Com base em Lefebvre, Damiani, por sua vez, ressalta ainda que

[...] não se trata de acomodação numa experiência particular, risco da fenomenologia, mas de discutir a relação entre o vivido e o viver: a relação entre *nós* e *eles*, a ordem próxima e a ordem distante, pois a consciência não é um centro dado, fixo, fechado, ela oscila entre as relações interpessoais e a experiência das normas, representações, condutas gerais reguladoras [...](2019, p.156, grifo do autor).

Partindo do trabalho destes autores, esta pesquisa pretende dialogar com a ideia de lugar em que as diversas escalas coexistem, de forma a compreender o espaço vivido pelos habitantes da cidade de Salvador à luz dos fenômenos globais capitalistas que produzem o poder econômico, o tempo livre, a demanda por viagens e o processo histórico da comunidade negra diaspórica. “O lugar se reproduz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade da história do particular” (CARLOS, 2007a: 14). Além disso, esta pesquisa adota a ideia de que “o que rege a existência do lugar [...] é o desenvolvimento desigual” (DAMIANI, 2001, 169).

Para analisar uma cidade em que o turismo figura como destaque econômico, trazemos o “lugar-mercadoria”, abordado por Cruz (2019). Segundo a autora, “o lugar contém e é contido pela totalidade-mundo, além de ser, também, abrigo das contradições que são próprias ao processo social e histórico de produção do espaço” (2019, p.163). O lugar, por um lado, é o *locus* da reprodução da vida e do cotidiano, e por outro é tornado mercadoria a ser consumida. No caso de cidades com forte apelo turístico, a mercadoria a ser produzida deve apagar os aspectos problemáticos do lugar, além de construir uma identidade, pautada na distinção, ainda que no fim reproduza os mesmos paradigmas do consumo capitalista. Hintze (2020) aborda esse aspecto por meio do conceito de “comodificação” do turismo:

Uma *commodity* turística é qualquer mercadoria fluida produzida com a finalidade de atrair turistas. É uma mercadoria que tem seu preço fixado (ainda que altamente mutável) pelo mercado mundial. Sujeita ao fluxo internacional das relações entre oferta e demanda, tem sua produção, circulação e descarte fluidificados, tornando-se, portanto, banal (p. 40).

Para o autor, no momento em que o conteúdo do espaço vivido (relações pessoais, religiosas, culturais, práticas e saberes tradicionais, rituais, etc.) é absorvido pelo modo de produção capitalista, este o converte em seus termos. Cabe citar alguns deles: busca obstinada por lucro; ideia de eficiência e racionalização; sujeição ao *marketing*; incessante produção de novas mercadorias; concorrência; obsolescência e descarte; entre outros (HINTZE, 2020, P.43).

Cada vez mais surgem estratégias com o objetivo de promover cidades como destinos turísticos. Retomando Cruz, que traz o *place making* e o *place branding* como exemplos disso, verificamos que o lugar, quando absorvido pelo circuito turístico, se torna uma mercadoria. Entretanto, neste mesmo espaço ocorre o “encontro de espaços-tempo muito distintos”: um pertence àquele que reside no local, e o outro pertence àqueles que estão de passagem (CRUZ, 2019, p.169).

A produção de um lugar como mercadoria a ser comercializada no circuito turístico passa, portanto, pela adequação deste aos ditames econômicos. Um espaço vivido, construído, disputado e organizado por determinado grupo de pessoas passa, com todas as suas complexidades, a encenar-se, de forma a se tornar um destino desejável para o turista-consumidor. Como afirma Cruz, “o lugar-mercadoria, como todo lugar, tem uma existência concreta, material, mas é

também uma representação de si mesmo, que nem sempre encontra paralelo na realidade”(2019, p.171).

2.2. A QUESTÃO TERMINOLÓGICA

A Organização Mundial do Turismo (UNWTO) define um “produto turístico” como

[...] uma combinação de bens tangíveis e elementos intangíveis, como recursos naturais, culturais e artificiais, atrações, instalações, serviços e atividades em torno de um centro de interesse específico que representa o núcleo do mix de marketing do destino e cria uma experiência geral para o visitante, incluindo aspectos emocionais para os potenciais clientes. Um produto turístico é precificado e vendido através de canais de distribuição e tem um ciclo de vida (2019, p.19).

A instituição organiza o turismo mundial atual separando-o em 14 tipos: Turismo Cultural, Turismo de Negócios (relacionado à indústria de reuniões), Ecoturismo, Turismo Gastronômico, Turismo Rural, Turismo Costeiro, Marítimo e de Águas Interiores, Turismo de Aventura, Turismo Urbano ou de Cidade, Turismo de Saúde, Turismo de Montanha, Turismo de Bem-estar, Turismo Educacional, Turismo Médico, Turismo Esportivo (UNWTO, 2019, p.7). Entre os tipos mencionados, cabe destacar a definição de turismo cultural:

O **turismo cultural** é um tipo de atividade turística em que a motivação essencial do visitante é *aprender, descobrir, experimentar e consumir atrações culturais tangíveis e intangíveis/produtos em um destino turístico*. Estas atrações/produtos referem-se a um conjunto distintivo de recursos materiais, intelectuais, espirituais e emocionais de uma sociedade que abrange artes e arquitetura, história e património cultural, património culinário, literatura, música, indústrias criativas e as culturas vivas com seus estilos de vida, valorizam sistemas, crenças e tradições (2019, p. 30, grifo nosso).

Tal definição é a que melhor enquadra o turismo de raízes entre as opções fornecidas pela UNWTO. Nela, a cultura do local de destino é o principal produto a ser consumido. Entretanto, esta definição não é satisfatória para esta pesquisa, pois não abarca todas as complexidades do fenômeno turístico de raízes já mencionadas.

Em um glossário disponibilizado no site do Ministério do Turismo do Brasil, encontramos a definição de turismo como um termo geral:

1. É uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (EMBRATUR, 1992). 2. Conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do lugar de domicílio, desde que tais deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa.

O glossário traz alguns outros termos que podemos entender como tipos de turismo. São eles: Turismo “Popular” ou Turismo “Social”; Turismo Convencional; Turismo Cultural; Turismo da “Classe média”, “Grande turismo” ou “Turismo de Massa”; Turismo da Terceira Idade; Turismo de Classe “alta”, “de Elite” ou “Alto turismo”; Turismo de Congresso ou Eventos promocionais; Turismo de Incentivo; Turismo de Negócios, Turismo de Saúde, Ecoturismo, Turismo Equestre, Turismo Esotérico, Turismo Náutico, Turismo Religioso, Turismo Rural, Turismo Sustentável, Turismo Étnico. As classificações se assemelham àquelas estabelecidas pela UNWTO, embora não estejam devidamente organizadas em uma documentação. Entre as definições do glossário, destacamos duas que tangenciam o tema estudado. A definição de Turismo de Massa, que se baseia na obra de Beni (1998):

[...] reúne os estratos que formam a classe média, incluindo-se aí os profissionais liberais, funcionários categorizados, empresariais e públicos, que desfrutam da relativa disponibilidade de meios econômico-financeiros, contando com subvenções ou poupanças próprias. Este estrato de demanda por Turismo, é o agente de substituição dos núcleos tradicionais de elite e conseqüentemente o incentivador e propulsor da expansão da infra-estrutura de equipamentos e serviços turísticos nos núcleos receptores, gerando dessa forma um consumo de equipamentos e serviços em larga escala. Considerando ainda as variáveis da demanda por Turismo verificam-se, em geral, gastos moderados no custo-dia com consumo de serviços e equipamentos de primeira categoria, mas não de luxo, utilização de meios de transporte mais econômicos com serviços incluídos nos pacotes comercializados pelas agências de viagens, com percursos mais curtos e permanência menos prolongada nos núcleos receptores visitados, menor nível de gastos supérfluos restringindo-se aos que atendem às necessidades básicas, caráter estacional coincidindo com a época de férias, ocupação de hotéis de nível médio de três a duas estrelas, ampla utilização do sistema de crediário para o financiamento da viagem.

A definição escolhida para explicar o conceito de turismo de massa na verdade define o “turista de massa”, que são conceitos diferentes e devem ser analisados cautelosamente. Apesar disso, tal definição pode nos ajudar a pensar no turista afro-norte-americano que compõe o nosso objeto de estudo.

Outro tipo que nos interessa entre as definições do glossário, o Turismo Étnico: “É a atividade turística destinada a favorecer a criação de correntes turísticas específicas para conhecer, conviver e integrar-se com as diferentes etnias formadoras da raça brasileira (EMBRATUR, s.d.)”.

Mesmo que carentes de melhor organização, estas definições nos ajudam a compreender que não está tão evidente para o Ministério do Turismo a complexidade de tipos e organizações turísticas existentes no Brasil, principalmente no que diz respeito ao turismo promovido por e para pessoas afrodescendentes.

O que entendemos aqui por turismo de raízes pode ser referenciado por diversos termos - alguns semelhantes, outros contraditórios -, o que representa uma dificuldade adicional no estudo do tema. Como o turismo é um campo de estudo interdisciplinar, as áreas que se debruçam sobre o tema o fazem à sua maneira, gerando uma pluralidade de termos e aplicações de conceitos que devem ser levados em conta. De forma resumida, é possível encontrar escritos sobre este fenômeno por meio de termos como Turismo Étnico, Turismo Afro, Turismo Patrimonial, Turismo Cultural, entre outros. Pensando o turismo de raízes em nível global, é possível pensar também em Turismo de Diáspora, Turismo de Retorno, Turismo Genealógico, etc.

Muitas vezes, tanto os guias turísticos como os representantes de instituições públicas utilizam termos guarda-chuva para falar sobre o turismo de raízes que acontece em Salvador, dificultando a mensuração do fenômeno, assim como seus impactos. Entretanto, isso não deve ser visto apenas como uma confusão ou falta de atenção. A narrativa da “africanidade” baiana enquanto algo natural é tão enraizada, que os elementos construídos a partir desta cultura para abastecer o mercado turístico são vistos como natos. Assim, o uso de termos guarda-chuva representa essa naturalização. Retomamos a fala do diretor da Bahiatursa que chegou a afirmar que não é preciso investir nesses elementos (por exemplo, as baianas) para o turismo porque eles “já são da natureza da Bahia” (Pinho, 2018). Voltaremos a essa discussão mais tarde.

Com certa frequência o turismo de raízes e o turismo étnico são colocados no mesmo grupo conceitual (o termo “turismo étnico” é amplamente utilizado, por exemplo, pelo CAHT - Coordenação do Turismo Étnico Afro), sendo que uma análise pormenorizada evidencia um elemento conflitante: a motivação do deslocamento. Enquanto o primeiro compreende uma prática de busca por uma

conexão, algum grau de pertencimento e resgate, o turismo étnico se coloca como uma prática de busca pelo diferente, pelo “outro” (visto na maior parte das vezes como exótico), com uma visão assimétrica e até mesmo predatória de povos tradicionais visitados (exemplos conhecidos são os “safáris humanos” praticados em comunidades africanas, povos tradicionais amazônicos, nas favelas do Rio de Janeiro, entre outros). Trabalhar com o termo “turismo étnico afro” faz com que coloquemos juntos turistas de vários países, assim como de várias etnias e situações econômicas. Pensar a partir deste termo é pensar a partir do produto turístico que está sendo oferecido, e não levar em conta as diferentes motivações do turista.

Em 2022 os pesquisadores Natalia Tomczewska-Popowycz (Universidade da Silésia, Katowice, Polônia) e Vas Taras (Universidade da Carolina do Norte, Greensboro, EUA) publicaram um artigo intitulado “Os muitos nomes de ‘Turismo de Raízes’: Uma revisão integrativa da terminologia”². Este trabalho parte da reconhecida dificuldade de organizar os estudos em turismo de raízes, campo de estudos em que um verdadeiro caos conceitual é encontrado. Diferentes fenômenos sob o mesmo nome, fenômenos idênticos sendo tratados por diferentes nomes, definições que se complementam, se duplicam, se contradizem... a padronização é ausente.

Segundo os autores, alguns pesquisadores já se posicionaram a favor de uma unificação de conceitos, mas até o momento ninguém havia tentado organizar sistematicamente o que até então foi produzido. Com base nisso, os autores analisaram uma extensa, porém selecionada amostra de trabalhos acadêmicos que tinham como tema central o estudo sobre turismo de raízes. A princípio, uma amostra de 11.219 trabalhos foi selecionada, mas filtros foram sendo aplicados para que os trabalhos da amostra cumprissem os requisitos: (1) artigos em jornais revisados por pares, onde (2) o turismo de raízes fosse o tema principal e (3) estivesse publicado em língua inglesa. A amostra final contou com 263 trabalhos. A intenção dos autores foi identificar termos que fizessem referência ao tema e relacioná-los na busca de algo que pudesse padronizar seus usos. Antes de verificar como isso foi feito vale a pena checar alguns números a respeito da amostra utilizada.

² No idioma original: *The many names of ‘Roots Tourism’: An integrative review of the terminology*

Entre os 263 trabalhos foram encontrados 41 termos diferentes que possuem alguma ligação com o turismo de raízes. A maioria destes trabalhos foram publicados por autores filiados à universidades dos Estados Unidos (25%), Reino Unido (18%), Austrália (7%), China (6%) e Canadá (4%). É possível teorizar que a limitação de idioma pode ter excluído o debate acerca do tema no ambiente acadêmico de alguns países. Observando os países de destino do turismo de raízes, a divisão dos estudos ficou: Países europeus (33%), sendo eles Reino Unido (12%), Alemanha (5%), Ucrânia (4%), Polônia (3%), e demais países (9%). Fora da Europa obteve-se estudos sobre a China (10%), Israel (8%), e alguns outros países do continente asiático como Irã, Índia e Turquia, Japão, Armênia, Coreia do Sul, Paquistão, Singapura, Tailândia, Indonésia, somando 14% dos trabalhos. 15% dos trabalhos se referem a países em África, sendo os principais Gana (7%), Gâmbia (3%) e África do Sul (2%). A América Latina é estudada em 5% dos casos da amostra, ficando México, Brasil, Jamaica, Cuba e Guiana cada um com 1% dos estudos.

Vale refletir que o trabalho de Patrícia Pinho, uma antropóloga brasileira, foi publicado em inglês pela Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, e que o trabalho de mestrado de Mércia pode não ter entrado para a análise deste artigo por conta do idioma. Apesar das limitações impostas ao trabalho sistemático dos autores, consideramos importantes os avanços realizados no sentido de propor uma visualização mais organizada do turismo de raízes, de forma que possamos utilizá-la para interlocução com diferentes áreas do conhecimento, países e setores da sociedade.

Os autores tentaram identificar algum padrão na utilização de terminologias em relação ao espaço e ao tempo, mas a conclusão foi de que “o uso caótico de termos redundantes e conflituosos e a ausência de terminologia padronizada é evidente em cada campo de estudo em cada continente em qualquer período” (2022, p.249, tradução nossa). A única correlação expressiva encontrada, neste sentido, foi entre “*birthright tourism*” e Israel, “*holocaust tourism*” e Alemanha e Polônia, e “*slavery tourism*” e países da África.

Para criar uma nova sistematização, os autores estabeleceram que o turismo de raízes parte de três pressupostos: ocorre em uma (1) viagem internacional (2) para um lugar de algum grau de relação de origem familiar, ancestral ou étnica (3) que evoca uma resposta emocional (Tomczewska-Popowycz e Taras, 2022, p. 245).

A forma como tais elementos se organizam produz na viagem turística um sentido de retorno. Em muitos casos, o turista é conhecidamente descendente do povo residente do local de destino, mas em casos como o da população afro-diaspórica (cujo passado histórico, permeado pela escravização e tráfico negreiro, desagregou famílias e comunidades inteiras, de forma que dificilmente uma pessoa negra da diáspora conhece seus antepassados) isso tende a ser mais raro. Em poucos casos é possível conhecer o país de origem de seus antepassados, ou ao menos reconhecer suas raízes africanas em pistas deixadas pela família, por registros históricos, pelo seu próprio fenótipo. De qualquer forma, independente do grau de conexão do turista com o local de destino, o turismo de raízes diz respeito a uma prática de retorno a uma terra natal, com fins de resgate de suas raízes que evoca algum grau de conexão.

Os autores elaboram, ainda, que o turismo de raízes possui duas dimensões: (1) o relacionamento pessoal (*personal relatedness*) e (2) a resposta emocional (*emotional response*). Essas duas dimensões são usadas para criar categorias nas quais poderemos pensar as diferentes manifestações do fenômeno. Para eles, o relacionamento pessoal é “o grau de conexão pessoal do turista com o destino”, e a resposta emocional diz sobre “o grau de reação emocional que a viagem evoca no turista” (2022, p. 251). Estas dimensões dão origem aos segmentos:

Relação pessoal:

- I. Étnica (não é possível traçar uma relação genealógica entre o turista e os habitantes do local de destino);
- II. Ancestral (há uma separação por mais de duas gerações, e o turista não conheceu pessoalmente nenhum membro da família que nasceu na região de destino, mas é possível traçar uma relação genealógica);
- III. Familiar (uma ou duas gerações separam o turista dos membros da família do local de destino);
- IV. Pessoal (a pessoa retorna, enquanto turista, ao próprio local de nascimento).

Resposta emocional:

- I. Conveniência (não se desperta nenhuma resposta emocional, e a relação pessoal pode ter sido conveniente para outros objetivos na viagem);
- II. Enriquecimento Cultural (resposta emocional moderada, geralmente permeada por curiosidade, sem identificação);

- III. Identidade (resposta emocional maior, em que há identificação entre o turista e o local de destino, mas está mais ligada a um sentido de construção identitária do que sentimentos como extrema alegria ou tristeza);
- IV. Nostalgia (resposta emocional intensa, sendo ela positiva ou negativa, sendo pessoal ou histórica).

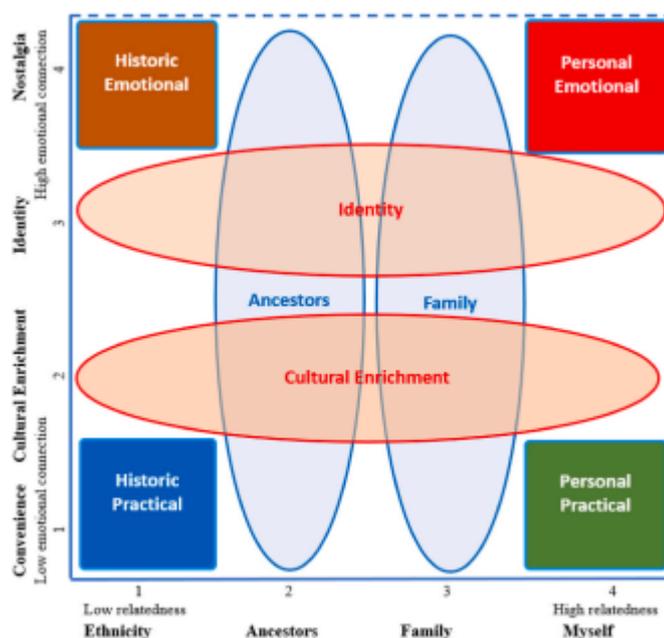


Figura 1: Modelo conceitual dos tipos de turismo de raízes. Fonte: Tomczewska-Popowycz e Taras, 2022.

Tais segmentos servem como elementos norteadores para que os autores, de acordo com critérios definidos por eles mesmos, mapeiem os 41 termos encontrados. Eles analisam cuidadosamente cada termo e sua definição trazida pelo autor (quando há), além de consultar dicionários para análise etimológica. Como muitos dos termos são equivalentes, os autores elegem termos para compor o seu esquema. O produto final dos autores inclui três esquemas: um mapa mais completo, um mapa simplificado e um mapa com sugestões/projeções de nomenclaturas para os vazios encontrados no mapeamento dos estudos até o momento. Utilizaremos o mapa simplificado para análise:

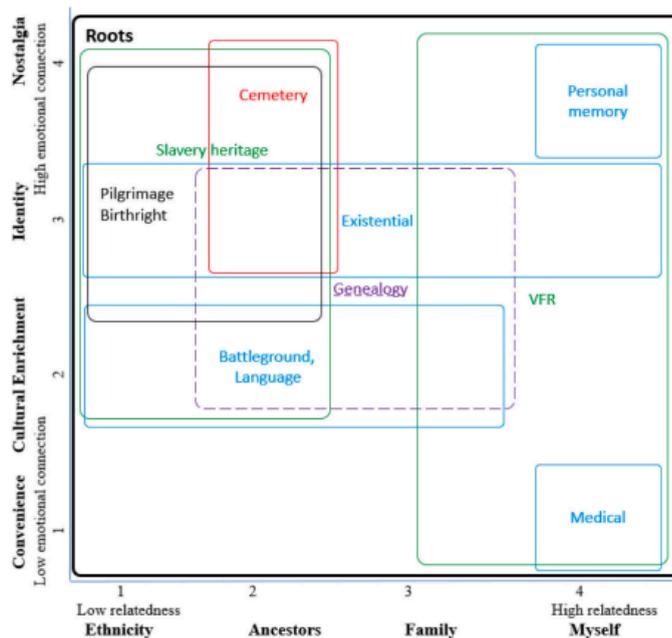


Figura 2: Mapa simplificado de terminologias no turismo de raízes. **Fonte:** Tomczewska-Popowycz e Taras, 2022.

Analisando a Figura 2 e pensando que o turismo de raízes praticado pela população afro-norte-americana está intimamente ligado à colonização do continente americano e ao tráfico negreiro transatlântico, eventos históricos iniciados há pelo menos cinco séculos, é correto que os graus de relação pessoal dos turistas com os locais de destino estejam entre étnico e ancestral. Entretanto, não se deve imaginar que o fim de tais eventos encerraram a experiência da opressão vivenciada pelo povo negro, uma vez que a estrutura social atual ainda reproduz o racismo.

A resposta emocional destes visitantes dificilmente ignora o passado da escravidão destes destinos ao programar suas viagens, e a curiosidade pura e simples é mais comum entre os viajantes que pertencem à outra cultura ou etnia, estudados no turismo étnico, turismo cultural, entre outros. A diáspora africana, ocorrida por meio do tráfico de pessoas escravizadas, é um trauma vivo entre os seus descendentes. Reconectar-se com suas raízes é visto como parte do processo de cura desses grupos sociais, tornando a experiência turística de “retorno às raízes” altamente emocional. Estas viagens são, muitas vezes, vistas como uma oportunidade de conexão, comunhão e construção de identidade.

Pensando agora no turismo de raízes praticado por afro-norte-americanos ao visitar o Brasil - mais especificamente, Salvador na Bahia -, é preciso considerar o dilema espacial. Se o afro-norte-americano busca suas raízes africanas, porque

visitar um destino turístico que se encontra fora do continente africano? Como este lugar turístico se destaca dentro do mercado turístico, pensando neste público? Nos parece inadequado responder tais perguntas sem antes promover mais algumas reflexões. Entretanto, nos parece impossível concluir este trabalho sem que a elas sejam endereçadas a devida atenção. Voltaremos à elas mais tarde.

3. TURISMO DE RAÍZES: AFRO-NORTE-AMERICANOS EM SALVADOR

O turismo de raízes praticado por afro-americanos que visitam Salvador, Bahia foi trabalhado a fundo no livro *“Mapping Diaspora”*, de Patricia Santana Pinho (2018). Ele pode ser considerado a principal obra no assunto, um ponto de partida essencial para as reflexões promovidas nesta pesquisa, pois consolida anos de pesquisa da autora, conectando diversos materiais como entrevistas, materiais de divulgação de agências de turismo, materiais organizados pelo poder público da Bahia e Salvador e estudos de diversos autores.

Entendemos como necessário detalhar o trabalho de Pinho nesta pesquisa por conta de alguns motivos: a literatura acerca do turismo de raízes em Salvador é relativamente escassa em comparação com o que se encontra acerca de outros destinos como Israel, Polônia/Alemanha, China, Gana, etc., sendo este e a dissertação de Mércia Queiroz (2008) alguns dos principais trabalhos encontrados a respeito; a obra de Pinho foi publicada em inglês (apesar de a autora, que é brasileira, publicar diversos artigos em português, a obra principal ainda se encontra em certo nível inacessível para um grupo de pesquisadores brasileiros). Um motivo adicional já foi mencionado anteriormente, e o retomamos agora: a confusão terminológica existente neste campo de estudo. Alguns dos artigos encontrados, que tratam diretamente deste assunto, em nenhum momento do texto trazem o termo “turismo de raízes”, tendo os autores escolhido utilizar o termo “turismo étnico” (VATIN, 2008).

Portanto, o objetivo deste capítulo será apresentar reflexões sobre o tema enquanto esmiuçamos o conteúdo de *Mapping Diaspora*, de Pinho (2018). Esta obra servirá de base para a agregação de outras fontes, autores, e materiais audiovisuais. Dividido em 5 capítulos, que representam cada um uma abordagem do tema com contribuições basilares para o campo estudado, o livro é resultado de anos de pesquisa.

O capítulo 1, intitulado *“That’s my face”* (referência à expressão brasileira “é a minha cara”), faz referência ao documentário de mesmo nome (HARRIS, 2001), cujo enredo trata de um jovem norte-americano, Thomas Allen Harris, embarcando numa jornada em busca de suas raízes em Salvador, Bahia. Duas décadas antes, sua mãe realizou uma jornada semelhante ao viajar para a Tanzânia, em busca de uma terra

natal mítica. Disponível no youtube, o documentário pessoal elabora imagetivamente os elementos que Pinho vai tratar: quem é o turista de raízes, de onde ele surge, e o que ele busca. Harris comenta logo nos primeiros minutos: “[...] veja meu avô, ele sonhava em ir para a África na esperança de encontrar a Terra Prometida, onde as pessoas negras pudessem ser realmente livres, mas ele nunca conseguiu ir” (tradução livre)³. Neste capítulo, Pinho (2018) elabora a motivação para esta viagem, construindo-a a partir da ideia de jornada, de busca por um elo perdido, assim como pela projeção, a criação de uma “*Mama Africa*” mítica, antiga, que é possível encontrar no presente ao se visitar os lugares onde essa “africanidade” ainda vive.

Para sermos mais específicos, o seu surgimento está intimamente ligado aos movimentos políticos negros que ocorriam nos Estados Unidos na segunda metade do século XX, assim como pelas ideias pan-africanistas que se difundiram na época (PINHO, 2018). Harris retrata isso em seu documentário, mostrando como sua mãe foi influenciada pelos movimentos políticos negros da época a viajar para um país em África a fim de se reconectar com suas raízes. Ela diz: “quando eu ouvi que *Educators for Africa* estavam procurando pessoas para ir à África, especificamente para a Tanzânia porque a Tanzânia era um país socialista e era uma sede do movimento pan-africanista, [...] fiquei muito interessada em ir para a África” (tradução livre)⁴.

Outro elemento constitutivo da motivação dos afro-norte-americanos, para Harris (2001), foi o racismo que sofriam em seu próprio cotidiano. Sua mãe relata: “pensávamos em África como um lar porque sabíamos que a América não nos queria” (tradução livre)⁵. Estas viagens passaram a fazer parte de um processo de reafirmação diante do mundo, mas principalmente, da sociedade norte-americana branca. Pinho (2018) afirma que a identidade estadunidense garante certa dose de prestígio ao afroamericano turista, enquanto dentro de seu próprio país ele é constantemente alijado. Esse é um dos motivos que levam os afro-norte-americanos a gostar de visitar o Brasil: sentir que possuem algum tipo de privilégio.

³ Original: “[...] take my grandfather, he dreamed of going to Africa in hopes of finding the promised land, where black people could be truly free, but he was never able to go.”

⁴ Original: “When I heard Educators for Africa were looking for people to go to Africa, specifically Tanzania because Tanzania was a socialist country and it was really the seat of the pan-africanist movement, [...] I became very interested in going to Africa.”

⁵ “We thought of Africa as home because we knew that America didn’t want us.”

Ao mesmo tempo, foi viajando para o estrangeiro que muitos afro-americanos tomaram consciência do seu estatuto de cidadãos norte-americanos, o que, embora não seja plenamente concretizado no seu país, certamente lhes trouxe prestígio em terras estrangeiras” (PINHO, 2018, p. 27, tradução nossa).

Pinho (2018) informa que o fluxo de viagens começou em direção à África, indo para o Caribe e só então chegando ao Brasil. Conforme mencionado anteriormente, esse fluxo chega ao Brasil num momento de extrema repressão política, em que o poder público trabalha para reforçar o mito da democracia racial. O turismo, além de ser um ramo visto como lucrativo, poderia funcionar como uma janela para o mundo. Assim, reforçava-se a ideia de um país harmônico, onde a escravidão foi superada e o povo negro vivia feliz num cotidiano permeado pela “africanidade”.

Também neste capítulo 1, Pinho (2018) nos fornece uma análise desse tipo de turista. Em resumo, o público é composto predominantemente por mulheres, com idades a partir dos 30 anos, aposentadas ou em férias, que viajam em grupos em torno de 10 pessoas. Outra característica expressiva entre elas é que grande parte é da religião protestante. Em *That's my face* (HARRIS, 2001) esse perfil encontra exemplos empíricos. A família de Harris é cristã, e quando ele, ainda criança, relata ter visto espíritos, sua avó paterna lhe aconselha a ir para a igreja, assim como seu avô, que diz não acreditar em espíritos. Ademais, Pinho relata que os viajantes afro-norte-americanos são mais consumistas, e possuem exigências que não são feitas por outros grupos, tais como que guias turísticos, hospedagem, restaurantes, e quaisquer outros serviços sejam providos por pessoas negras.

O segundo capítulo, com o título “*The way we were*”, procura analisar quais são os imaginários que circulam a respeito do turismo de raízes no Brasil. A autora elenca 3 tropos, que se interconectam: (I) a ideia de “*a closer Africa*”, (II) com “nativos felizes” (III) que abriram mão da modernidade para manter as tradições, e para “evoluir” precisam ser guiados pelos afro-norte-americanos.

Antes de nos aprofundarmos nos tropos, é importante observar o conceito de imaginário do turista trazido pela autora, pois ele está intimamente ligado ao conceito de lugar turístico, trazido no capítulo 2 deste trabalho. Para ela, o que faz os afro-norte-americanos acharem que encontrarão suas raízes em Salvador é uma imagem criada e veiculada por todo tipo de mídia. Tal conceito, trazido por Pinho (2018), na verdade foi cunhado por Urry, em sua obra “O olhar do turista” (1999).

Para ele, o turista forma uma visão do lugar muito antes de chegar lá efetivamente. É um conceito que fala muito mais sobre um processo gradual de exposição às ideias e imagens a respeito dos lugares do que sobre conceber uma imagem já pronta. Como os significados são construídos culturalmente, esse imaginário está constantemente sujeito a transformação. Pode variar de acordo com uma série de características do turista: cultura, idade, gênero, raça, etc. Entretanto, é importante compreender que o turista procura o extraordinário, e isto implica no que cada turista tem por ordinário. Diferentes modos de vida ordinários (núcleo familiar e trabalho, por exemplo) geram diferentes turistas.

Analisando quais são as fontes que informam o imaginário do turista afro-norte-americano, Pinho (2018) menciona revistas, sites, panfletos e informações providas por agências de turismo. Outra fonte que parece ser muito valiosa para o turismo de raízes é o “boca-boca”. Com frequência os turistas entrevistados informam que foram influenciados pelos relatos de colegas sobre conhecer Salvador. Pinho conclui que, com base no material obtido em suas entrevistas, os turistas afro-norte-americanos não pesquisam tanto assim sobre Salvador antes da viagem, sendo a maior parte das informações providas pelos guias turísticos, que possuem papel central.

Com base em Pinho (2018) e Queiroz (2008), identificamos que os roteiros turísticos geralmente oferecidos aos turistas afro-norte-americanos incluem grande parte dos passeios tradicionais oferecidos aos outros nichos. Os roteiros são compostos por visitas a grupos de capoeira, terreiros de candomblé, apresentações de blocos afro, além dos passeios turísticos tradicionais pelo Pelourinho, igrejas, praias, locais de compra e restaurantes (PINHO, 2018). As alterações sofridas nos roteiros ocorrem mais por conta de fatores como a época do ano. É comum incluir um dia de passeio na cidade de Cachoeira, localizada a 150 km de distância de Salvador, no mês de agosto, pois nessa época ocorrem as festividades anuais da Irmandade da Boa Morte, um evento muito valorizado pelo público afro-norte-americano (QUEIROZ, 2008).

Os 3 tropos que Pinho (2018) elabora em sua obra podem ser vistos como os principais produtos do imaginário turístico, constituintes e constitutivos do espaço turístico. Vamos analisá-los mais detalhadamente. O primeiro tropo é o do Brasil como “*a closer Africa*”. Ele se assenta, primeiramente, na ideia de que existe um patrimônio cultural afro altamente preservado em Salvador. Em segundo lugar,

busca-se tirar de foco o passado doloroso da escravidão, e quando isso não é possível, trata-se do passado escravista a partir da ideia de superação. Em terceiro lugar, o compartilhamento da experiência histórica do tráfico transatlântico entre os afro-norte-americanos e afro-brasileiros é usado como algo que os une, os identifica. A autora utiliza um jogo de palavras em inglês para argumentar que não seria errado entender “*a closer Africa*” não apenas no sentido de proximidade geográfica, mas também como “*a cosier Africa*”, uma África mítica mais confortável. Em resumo: o imaginário de “Bahia as a *closer Africa*” se sustenta em três pilares: (1) amplificação da “africanidade” bahiana; (2) pouco olhar sobre o hibridismo cultural para poder ressaltar uma pureza cultural; (3) o enfraquecimento da narrativa da escravidão.

O segundo tropo é “O Nativo feliz”. Segundo a pesquisa de Pinho (2018), os turistas costumam fazer as seguintes relações: embora sejam mais pobres, os baianos são mais felizes. Sendo assim, isso se deve à sua conexão com a africanidade em sua cultura. Este tropo é reforçado de diversas formas, e principalmente pelo poder público. Conforme já tratamos anteriormente, o turismo foi importante ferramenta de manipulação em momentos de extrema repressão política, e a ideia de um povo feliz ainda que vivendo sob cenário econômico desfavorável era usada para reforçar a narrativa da harmonia racial brasileira.

O terceiro tropo é “A Evolução Negra”, que se assenta na ideia de que por serem atrasados economicamente, o povo afro-brasileiro não desenvolveu ferramentas o suficiente para lutar adequadamente contra o racismo. Dessa forma, os turistas afro-norte-americanos acreditam que têm o dever de realizar uma troca: a africanidade pelas estratégias de sucesso econômico e político. Diversos artigos de revista são utilizados para embasar esta ideia.

No terceiro capítulo, “*Black gringos in Brazil?*”, Pinho (2018) tensiona a relação entre a identidade afro-diaspórica e as identidades nacionais presentes do fenômeno estudado. A autora traça uma linha de raciocínio em cima da repercussão de alguns casos de racismo sofridos por personalidades famosas ao visitar o Brasil. Casos como o de Carl Hart e Katherine Dunham⁶, assim como outros exemplos obtiveram ampla divulgação na mídia, ocorreram em ambientes de alto status social,

⁶ Referência a casos de racismo sofridos pelo neurocientista Carl Hart (em 2008) e pela dançarina e coreógrafa Katherine Dunham (em 1950) que tiveram sua entrada em hotéis questionadas ou barradas. Ambos os acontecimentos tiveram repercussão internacional e moveram amplo debate acerca do racismo no Brasil. Fontes: Jornal El País e Instituto Geledés (último acesso em 28 de julho de 2024).

e ambas as vítimas usaram o ocorrido para direcionar ações de enfrentamento do racismo no país visitado. Esses incidentes trazem luz a assuntos tratados no capítulo: o poder da “estadunidade” dos afro-norte-americanos no Brasil. Os movimentos de luta por direitos ocorridos nos Estados Unidos ao longo do século XX envolveram, a partir de teorias pan-africanistas, atos de solidariedade às comunidades negras, como por exemplo a mãe de Thomas Harris (HARRIS, 2001). O que Pinho (2018) alega é que, embora bem-intencionados, esses esforços são carregados de uma noção desenvolvimentista. Numerosos entrevistados deixam explícito a Pinho que acreditam que os Estados Unidos devem guiar os afro-brasileiros em seu desenvolvimento. Deste capítulo sai uma das principais conclusões da autora a respeito do fenômeno estudado: a visão de mundo dos afro-norte-americanos que visitam Salvador propõe solidariedade na forma de uma ajuda internacional que é ocidental e possui traços imperialistas.

Pinho (2018) traz também o trabalho de Gada Mahrouse, que fala, em sua obra *“Conflicted Commitments: Race, Privilege, and Power in Solidarity Activism”* (2014), sobre como os grupos oprimidos em sua nação encontram uma forma de experimentar o poder quando visitam outras nacionalidades. Turistas afro-norte-americanos homens chegam a falar que se sentem quase como se fossem brancos, se sentem como estrelas. Diversos turistas afro-norte-americanos relatam ter percebido uma mudança instantânea na forma como eram tratados quando os funcionários de determinado ambiente se davam conta de que se tratava de “gringos”. Além disso, Pinho entrevistou as mulheres que compõem a confraria Irmandade da Boa Morte⁷. Uma das irmãs entrevistadas disse não fazer distinção de cor entre os turistas, que para ela eram todos lidos como “os americanos”.

Cada vez mais, Pinho (2018) prova que a contradição entre solidariedade e privilégio permeia todo o fenômeno do turismo de raízes em questão. Turistas afro-americanos relatam a experiência de serem vistos apenas como consumidores. Uma turista entrevistada por ela relata que às vezes se sente envergonhada de ser uma turista, porque é “como ir ao zoológico”. Muitas vezes tenta se conectar com as

⁷ A Irmandade da Boa Morte é uma confraria católica sincrética, com elementos do Candomblé, composta por mulheres negras e mestiças que surgiu no contexto da abolição da escravidão, no começo do século XIX. Na época, ex-escravizadas se uniram para se dedicar à devoção a Nossa Senhora da Boa Morte, assim como para arrecadar fundos para a compra de cartas de alforria, dar proteção aos fugidos e proporcionar um funeral digno a diversos escravizados. A devoção à uma santa católica branca é combinada com elementos da cultura afro-brasileira como as vestimentas, os cantos, o compartilhamento de alimentos e o samba de roda (SÁ e SOUZA, 2005).

pessoas mas é repelida. “Isso faz com que eu me sinta envergonhada de ser uma turista. **Mas é tudo o que eu posso ser**”, relata.

O quarto capítulo “*We bring home the roots*” é dedicado à uma análise de gênero do fenômeno, focado nas turistas. Conforme informado logo no começo da obra, a autora afirma que o turismo de raízes é praticado majoritariamente por mulheres. As mulheres são as responsáveis pela idealização e execução dessa viagem principalmente porque sendo as responsáveis pelo lar, elas são também responsáveis por planejar as viagens. Outro motivo é que as mulheres carregam consigo a tarefa de “curar”, como se fossem “mentoras” de suas comunidades. Esses grupos sociais fazem uma relação direta entre as viagens das mulheres de uma comunidade e sua respectiva melhora. Isso vem de uma motivação histórica das mulheres (em sua maioria brancas) em viajar para trabalhar como enfermeiras, professoras, etc. Isso garantia seu papel feminino nas sociedades, na época. Para Pinho (2018), traços dessa cultura permanecem nos dias atuais. A autora faz uso do conceito de “*kinkeepers*”, criado pela pesquisadora Carolyn Rosenthal (1997), que fala sobre a prática de mulheres de realizar a manutenção dos laços de parentesco, como organizar encontros, telefonar etc. Este conceito é trazido para o turismo de raízes na medida em que a busca pressuposta no fenômeno é uma busca para a comunidade.

Entre os aspectos do fenômeno estudado que podem ser percebidos a partir do gênero, temos o fato de preferirem viajar em grupos em pacotes fechados por agências turísticas. Mulheres em geral estão mais vulneráveis em ambientes turísticos desconhecidos, e são frequentemente vítimas de violências de gênero. A viagem nesses moldes se torna, portanto, uma forma de garantir sua segurança.

As questões de gênero atravessam a experiência de uma mulher turista, mas as mulheres negras são atravessadas tanto pelas experiências gerais de uma mulher, como por experiências mais específicas. Por exemplo, no Brasil, quando se confunde essas turistas com mulheres negras nativas, não se dá a devida atenção em momentos de compra e consumo. A identidade norte-americana, na maioria dos casos, elimina o racismo das experiências turísticas das entrevistadas de Pinho (2018), que introduz uma discussão sobre gênero no espaço e tempo. Para tanto, ela utiliza a obra de Doreen Massey, uma teoria onde o tempo e o espaço são colocados através de uma lente de gênero na dicotomia masculino/feminino.

Trazendo para o turismo de raízes, quando pensamos na Bahia como “a closer Africa” e na ideia de “Mama Africa”, África como uma terra-mãe, isso se torna evidente. A ideia de um Lar representa um lugar onde haja estabilidade e para onde você pode voltar, independente de qualquer coisa. Essa ideia está bastante atrelada à maternidade e é, por si só, feminina. Entre os marcadores culturais do fenômeno em questão estão as baianas de acarajé, e em se tratando do turismo de raízes as Irmãs da Boa Morte. As mulheres nesse fenômeno são tidas como “as guardiãs da cultura”. Enquanto as turistas são as que “levarão as raízes para casa”, as nativas são os “os exemplos vivos” desta. A mulher no papel de “exemplo vivo” da cultura é automaticamente colocada no passado. Quando um lugar e seus habitantes são colocados no passado, isso sugere que o tempo (e sua masculinidade) não agiu o suficiente sobre ele, confirmando a associação entre o espaço e o feminino.

Existe uma projeção do sujeito no lugar no turismo de raízes. Por consequência, atribui-se uma identidade ao lugar que carrega as distinções de gênero. Pinho, ao aplicar a teoria de Massey para o seu objeto de estudo, conclui que o tropo a respeito da “evolução negra” é essencialmente machista. É a vitória do tempo sobre o espaço e, portanto, do masculino sobre o feminino.

O quinto capítulo “*The awakening giant*” investiga o papel do Estado no fomento, regulação e organização do turismo de raízes na Bahia. As conclusões gerais da autora são de que o Estado demorou para assimilar a demanda turística de pessoas negras norte-americanas, e que enfrenta muitas dificuldades em identificar quais são as ações necessárias para o segmento, assim como quem são os agentes a serem ouvidos e de que forma podem mensurar os avanços causados por suas medidas. Em 2007 a Secretaria do Turismo da Bahia criou a Coordenação do turismo étnico afro, com o objetivo de olhar para o nicho de afro-americanos que visitam o estado. A autora vai focar nas ações do CAHT e os seus desdobramentos após uma década de sua criação.

O CAHT nasceu em 2007 como fruto de uma parceria entre o Ministério Federal do Turismo e o Governo da Bahia. Foi celebrado um acordo, o Programa de Ação do Turismo Étnico Afro da Bahia, onde foi destinada uma soma de pouco mais de R\$1 milhão de reais. Está registrado em vários documentos que o governo da Bahia iria se comprometer a investir neste segmento do turismo, uma vez que se compreende a importância da cultura afro do Estado e a oportunidade de atrair o público afro-americano para conhecê-la. Embora já fosse evidente que o turismo de

raízes era um fenômeno mais antigo, ele foi classificado pelo governo como um novo mercado (GOVERNO DA BAHIA, 2007 apud PINHO, 2018).

A autora destaca que muitos dos representantes políticos da época de sua pesquisa estavam alinhados com a narrativa de que na Bahia, todo turismo é afro, e especificar um segmento dele com base na “africanidade” não faria nenhum sentido. Ela conclui, portanto, que embora o turismo afro seja incentivado pelo Estado, existe relutância em fazer movimentos como treinar pessoas negras para estar presente em todos os serviços oferecidos ao turista, assim como em ouvir os agentes que vêm movimentando este segmento há décadas, quando o poder público ainda não o reconhecia.

Analisando os materiais produzidos pelo poder público tanto a nível municipal quanto estadual, a autora conclui que estes reiteram todos os estereótipos presentes nos três tropos já mencionados, de forma a naturalizar uma cultura que foi (1) construída socialmente, e portanto não é natural; (2) sofreu alterações profundas, não sendo mantida intacta; (3) cujo povo negro é vítima diariamente de sua estrutura racista, indo de encontro à ideia de “negro feliz e dócil”. Revistas como a “Viver Bahia”, materiais audiovisuais promovidos pela Varig, flyers distribuídos em agências de viagem, entre outros materiais foram analisados pela autora.

O apagamento histórico da história da escravidão, em conjunto com a amplificação da narrativa da “baianidade” são problemáticos porque então o povo baiano é visto como apenas aproveitando o estilo de vida que o “viver baiano” proporciona, e o que precisam encarar diariamente por conta do passado da escravidão é apagado. Em outras palavras, essa narrativa reforça o racismo estrutural na sociedade. A falta de visão crítica de um governo que se apresenta como de esquerda, segundo Pinho (2018), é preocupante pois acaba colaborando com esse cenário.

Pinho (2018) observa a convivência da visão da negritude como desviante do normal e desejado (e que portanto deve ser extirpada da sociedade) com a visão de que a cultura afro-brasileira deve ser expandida para atrair companheiros diaspóricos favorecidos geopoliticamente. Isso desmonta a visão linear da história. Visão esta que implica sempre na substituição de uma ideia antiga por uma nova, desconsiderando que elas possam coexistir, se resignificar e permanecerem numa rede complexa de nós de significados.

Por fim, a autora é bem perspicaz e traz a metáfora do “*sleeping/awakening giant*”. Ela diz que a metáfora pode funcionar para uma visão linear da história, uma vez que o gigante finalmente está abrindo os olhos. Mas adiciona que é possível que na verdade ele esteja com um olho aberto e outro fechado, num gesto de piscadela sarcástica.

3.1. A CONTRADIÇÃO DO LUGAR TURÍSTICO

Com base nas obras dos autores trabalhados até aqui, elaboramos algumas reflexões que pretendem contribuir para o avanço das discussões no campo de turismo de raízes no Brasil. As pesquisas mostram que o turismo de raízes está em amplo debate internacional, mas no Brasil este tem evoluído lentamente - muito mais por conta da sistêmica naturalização da “africanidade” do povo brasileiro (em especial, o povo baiano) que se observa tanto entre os agentes do mercado quanto entre os próprios residentes de Salvador e dos agentes públicos envolvidos - do que pelo enfraquecimento do fenômeno. Essa naturalização gera dificuldades de mensurar fenômenos específicos, além de reforçar estereótipos que empobrecem a experiência turística na medida em que a enquadram nos moldes do turismo de massa. Portanto, realizaremos aqui uma tentativa de questionar tal naturalização.

Partindo das reflexões de Hintze (2020), afirmamos que o lugar turístico existe a partir de uma relação conflituosa e contraditória entre o(s) elemento(s) distintivo(s) e o(s) elemento(s) “comodificador(es)”⁸. Essa dinâmica encontra reforço até mesmo na teoria da invenção do turismo de Boyer anteriormente mencionada. A “invenção pela distinção e difusão pela imitação” (BOYER, 2003, p.31-47) não é apenas o processo pelo qual o turismo nasce, é também o processo pelo qual o turismo se reproduz. A distinção é o que torna qualquer porção de espaço do globo terrestre um “lugar turístico”, e assim que adquire este status, passa a sofrer sucessivos processos de “padronização” cujo objetivo é sempre trazer estrutura, conforto e segurança ao turista. Quanto mais padronizado, estruturado e adequado o lugar turístico se tornar, menos distinto será. Os elementos culturais, naturais, ou sociais

⁸Segundo Hintze, um elemento “comodificador” é aquele que torna um lugar uma “commodity turística”. “Uma commodity turística é qualquer mercadoria fluida produzida com a finalidade de atrair turistas. É uma mercadoria que tem seu preço fixado (ainda que altamente mutável) pelo mercado mundial. Sujeita ao fluxo internacional das relações entre oferta e demanda, tem sua produção, circulação e descarte fluidificados, tornando-se, portanto, banal” (HINTZE, 2020, p.40).

que tanto chamaram a atenção dos “*gatekeepers*” (BOYER, 2003) sofrem transformações inevitáveis, imprescindíveis ao turismo. A distinção dá lugar, então, ao simulacro, à representação daquilo que um dia foi, ao produto turístico. O turismo em Salvador é uma evidência da contradição distinguir-se/enquadrar-se.

Como os lugares turísticos devem ser construídos a partir de um elemento distintivo somado à toda a estrutura própria do turismo de massa, no caso de Salvador, todo o turismo deve se apoiar na “africanidade” como distinção (o termo “deve” é usado porque o lugar turístico obedece a lógica do cenário econômico de forma passiva, conforme desenvolvemos mais adiante). A “africanidade” baiana é construída a partir de elementos da sociedade que compõem a escala do cotidiano, mas também obedecendo a lógica que o turismo de massa emprega em escala global (retomando as ideias discutidas no capítulo 2).

Trazendo para o concreto, podemos pensar nas baianas de acarajé como um exemplo. O acarajé é um alimento votivo⁹, originalmente um bolinho de feijão fradinho frito em óleo de dendê e servido com bastante pimenta. É usado como oferenda a Iansã, uma entre os orixás cultuados na religião do candomblé. Este alimento, que sempre teve um significado religioso para os povos africanos e afro-brasileiros, começou a ser amplamente comercializado no século XVIII, quando as escravas de ganho¹⁰ levavam seus tabuleiros até as áreas de comércio da cidade e lá vendiam alimentos típicos das localidades de onde vieram do continente africano, ou que aprenderam com suas mães e avós. Essa se tornou uma forma de adquirirem uma renda que posteriormente possibilitou a compra de suas alforrias, de forma que essas mulheres ampliaram seu negócio e ajudavam cada vez mais na liberdade, proteção e apoio às pessoas escravizadas, além de garantirem sua subsistência (XAVIER, 2007). “Baianas de acarajé”, então, é um nome dado a este grupo de mulheres que ao longo de pelo menos dois séculos vêm, por meio do comércio desse e de outros alimentos em seus tabuleiros, garantindo suas condições de subsistência, assim como apoiando sua comunidade.

⁹ Alimento consumido como preceito religioso, oferecido às divindades e/ou pessoas. Fonte: <http://www.cnfcp.gov.br/>.

¹⁰ “As escravas ganhadeiras, como se chamavam, eram obrigadas a dar a seus senhores uma quantia previamente estabelecida, a depender de um contrato informal acertado entre as partes. O que excedesse o valor combinado era apropriado pela escrava, que podia acumular para a compra de sua liberdade ou gastar no seu dia-a-dia” (SOARES, 1994, p. 49).

Em 2005 o ofício das baianas de acarajé foi registrado no Livro dos Saberes do IPHAN, sendo assim registrado como patrimônio imaterial. Desde a década de 1990 uma série de iniciativas, focadas em impulsionar o turismo de Salvador, utilizaram a imagem das baianas como parte da “africanidade” da cidade. Elas eram levadas para eventos no exterior, colocadas na entrada de aeroportos e hotéis, convidadas a desfilarem pelo pelourinho e posar para fotos com turistas (PINHO, 2018). Sendo assim, afirmamos que a valorização deste grupo social por parte tanto do Estado como da iniciativa privada ocorreu num momento em que a cidade de Salvador passava por mudanças cujo objetivo era atrair turistas e se consolidar no roteiro turístico internacional.

Diversos materiais audiovisuais foram elaborados tanto por iniciativa pública, quanto por instituições sociais civis, para retratar e exaltar a cultura das baianas de acarajé. Vídeo produzido pela Fundação Cultural Palmares, por exemplo, reúne diversas figuras que compõem o candomblé de Salvador para explicar como é feito o acarajé, e qual a sua importância no âmbito religioso. A seguir, comentamos algumas passagens desse vídeo¹¹.

Além de ser um tabuleiro de acarajé, eu me preocupo também com a minha cultura, com as minhas raízes, entendeu? Eu quero ter histórias mais tarde a contar para os meus netos, bisnetos, que com fé em Deus eu vou chegar até lá, é a minha identidade (Tânia Bárbara Nery, baiana de acarajé).

Frases que conectam a baiana de acarajé a uma identidade afro-brasileira positiva são utilizadas em conjunto com recursos visuais, que mostram as vestimentas, os tabuleiros, os clientes satisfeitos, e o carinho com que as baianas exercem sua profissão. Em outro vídeo, produzido pelo IPHAN¹², a ancestralidade é evocada quando entra em cena a baiana de acarajé Maria Emília, com suas vestimentas típicas, em frente ao seu tabuleiro, dizendo:

“Eu sou a quarta geração em acarajé. Veio minha bisa, minha avó, minha mãe, eu. Então o acarajé, para nós baianas, significa tudo. [Significa] honra, significa equilíbrio financeiro. Tudo o que eu tenho eu agradeço ao acarajé.” (Maria Emília, baiana de acarajé).

Embora o lado positivo seja destacado, uma realidade conflituosa não deixa de existir. Na reportagem “Acarajé e Fogo” veiculada no Canal Futura¹³, conhecemos

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OKIx4b9cyuY>.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SSsgOIHfdn8>.

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KTB5iNm0lw>.

a baiana de acarajé Cida, nascida e criada em terreiro de candomblé. Conhecemos também a baiana de acarajé Dadai, criada por uma mãe pertencente ao candomblé, mas que preferiu seguir a religião protestante. Enquanto a primeira aparece com as vestimentas típicas, a segunda não usa contas, nem mesmo os panos na cabeça e saias que são esperados de uma baiana. Ela relata que desde os 12 anos já ajudava a sua mãe a “descer com o tabuleiro” para vender acarajé. O vídeo expõe a tensão entre aqueles que defendem a tradição das baianas de acarajé enquanto patrimônio afro-brasileiro e aqueles que não se encaixam nos padrões estabelecidos pelo decreto municipal que define como se deve exercer o ofício na cidade de Salvador¹⁴. Dadai é uma mulher negra, nascida e criada em Salvador, que durante toda a sua vida exerceu o ofício de baiana de acarajé, mas que por pertencer à religião protestante, não se enquadra totalmente no perfil. Quando perguntada sobre esta questão, ela comenta: “Já teve pessoas que passou aqui e falou isso comigo, que eu não podia vender acarajé, que acarajé era de gente macumbeira. Eu digo assim: você é ignorante.” Rita Santos, presidente da Associação das Baianas de Acarajé, argumenta neste mesmo vídeo que

[...] o patrimônio é o conjunto. A baiana sozinha não é patrimônio, o acarajé sozinho não é patrimônio. Então, para ser patrimônio o conjunto tem que estar todo harmonioso. A baiana tem que estar totalmente trajada, tem que estar com o tabuleiro de acordo. Ali, o conjunto, é o patrimônio.

A baiana Cida comenta: “Quem for vender acarajé tem que ser da religião. Se não for, tem que se caracterizar do jeito que é. É na Bahia, acarajé, [então] se veste de baiana.” É preciso mencionar que ao que tudo no vídeo indica, o caso de Dadai não se enquadra em uma tendência recente de alguns grupos cristãos de realizar a venda do acarajé rebatizando-o de “bolinho de Jesus”, na tentativa de ressignificá-lo¹⁵.

Outro elemento que entra nessas disputas é o de gênero. Cada vez mais é possível encontrar vendedores de acarajé homens. No vídeo de autoria da

¹⁴ SALVADOR. Decreto municipal nº 26.804, de 01 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2015/2681/26804/decreto-n-26804-2015-dispoe-sobre-a-localizacao-e-funcionamento-do-comercio-informal-exercido-pelas-baianas-e-baianos-do-acaraje-e-do-mingau-em-logradouros-publicos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 08 ago. 2024.

¹⁵ GUERRA do acarajé: evangélicos comercializam petisco africano em Salvador sem seguir regras. Fonte: Matéria da TV Cultura. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/43553_guerra-do-acaraje-evangelicos-comercializam-petisco-africano-em-salvador-sem-seguir-regras.html. Acesso em: 10 ago. 2024.

Fundação Cultural Palmares já mencionado, Maria Leda Marques, presidente da ABAM menciona a presença de homens associados. Neste mesmo vídeo conhecemos o Baiano Cuca do acarajé, que relata ter enfrentado muito preconceito por ser um homem no ramo, mas que por fim “as pessoas admitiram que o seu tempero era tão bom quanto o das baianas”. De acordo com Xavier (2007):

As baianas estão presentes nas festas populares, foram até mesmo tema do carnaval, tiram fotos com governantes e turistas, e são “personagens” dos folhetos turísticos. Para elas, inclusive, criou-se um Decreto Municipal, na cidade de Salvador, do qual tratamos anteriormente, que determina regras que vão desde o vestir à distância entre os tabuleiros. E digo “personagens” porque seu ofício - desde a aparência até a maneira como preparam seus pratos - quase já não é motivado, como era de costume, por preceitos do candomblé. À medida que ser baiana virou negócio e, dizem, um bom negócio, evangélicos, homens e outras pessoas fora dos padrões anteriores passaram a vender acarajé. Ao que parece, essa é uma das maiores causas das alterações que têm se dado nos vários aspectos que envolvem a baiana (XAVIER, 2007, p.112).

Diante de todos esses elementos, percebe-se que o patrimônio das baianas de acarajé, um saber ancestral e de resistência e independência financeira, além de um elemento essencial nos rituais religiosos, é um terreno em disputa. Quando a baiana se torna um símbolo turístico, essas disputas são potencializadas, porque compreendem um conjunto de ações: registro no IPHAN, projetos de lei de regulamentação, criação de associações, iniciativas de controle de qualidade do alimento, fiscalização e multa para aqueles que não estiverem de acordo com as normas.

Outro exemplo que vai nos ajudar a pensar essa contradição é a Irmandade da Boa Morte. Essa confraria católica surgiu no contexto de abolição da escravidão no Brasil, e era formada por mulheres negras alforriadas, que cultuavam a Nossa Senhora da Boa Morte, mas executavam seus ritos combinando-os com elementos da religião do candomblé, o que as tornou símbolo forte do sincretismo religioso brasileiro. Vatin (2007, p.12) nos conta que

[...] durante cinco dias, as irmãs saem às ruas, adornadas como rainhas negras, exibindo as jóias e os belíssimos trajes da Irmandade. Oram na igreja para Nossa Senhora, saem em procissão – mas, ao mesmo tempo, cultuam discretamente suas divindades de origem africana nos terreiros de candomblé (VATIN, 2007, p.12).

No decorrer do século XX essa confraria passava por muitas dificuldades para continuar existindo. Além das dificuldades financeiras, a confraria perdia

membros que não eram repostos, e também sofriam ataques de membros de outras religiões. Vatin (2007, p.11) informa inclusive que “nos últimos anos, a inserção rápida no ‘mercado religioso’ de diversas igrejas pentecostais e neopentecostais têm mudado de forma extremamente significativa o perfil religioso da cidade”. Porém, na década de 1980, uma série de acontecimentos muda tudo.

Em 1985 três afro-norte-americanos compraram uma casa e doaram para a Irmandade da Boa Morte. Depois disso, o Estado comprou a casa vizinha e o advogado da irmandade comprou outra, mas as 3 estavam precisando de restauração. Jorge Amado então escreveu uma carta para as autoridades exigindo ajuda para as restaurações necessárias nos imóveis doados para a irmandade. Na carta, publicada pela Folha de S. Paulo, ele alegava que até os norte-americanos fizeram um trabalho melhor que o próprio Estado. Com as pressões o estado promoveu as reformas necessárias. Assim, a identidade negra dos americanos que compraram a casa foi deixada de lado, pois o que foi ressaltado foi a identidade norte-americana, o poder aquisitivo deles (PINHO, 2018). Apesar de o Estado ter contribuído muito mais em dinheiro para a irmandade, os americanos são muito mais lembrados por serem aqueles que realizaram a doação inicial e que trouxeram visibilidade ao grupo.

Desde então a Irmandade da Boa Morte conta com um apoio crescente por parte dos turistas, em especial os afro-norte-americanos, para continuar existindo. Este é um caso em que a solidariedade proporcionou para essas mulheres a continuidade de práticas culturais que trazem significado às suas vidas. O grande interesse que os turistas apresentam em ajudar a confraria e divulgá-la é o que, em grande parte, garantiu a sua legitimidade perante a sociedade e o Estado.

Por outro lado, é preciso destacar que quanto mais famosa fica a Festa da Boa Morte, maior é o fluxo de pessoas que visitam o local, e maior é a estrutura necessária para atender tal demanda. Sá e Souza (2005, p.8) relatam que

[...] apesar do aspecto religioso da celebração estar sendo mantido ao longo dos anos pela Irmandade, no que se refere à parte profana, o evento tem se descaracterizado bastante. As ruas de Cachoeira têm se transformado em um verdadeiro Carnaval, com muita axé-music, pagode e forró, sendo que o samba-de-roda, dança tradicional do Recôncavo Baiano, tem perdido espaço, ficando apenas restrito à comemoração das “irmãs” da Boa Morte (SÁ E SOUZA, 2005, p.8).

É preciso, ainda, se atentar ao fato de que a comunidade residente de Cachoeira fica bastante dependente das festas que acontecem no mês de agosto, sendo obrigados até mesmo a se movimentarem até Salvador nos demais meses, para poder complementar sua renda.

Além disso, a “decepção” que os turistas, em especial os afro-norte-americanos, demonstram ao saber que a confraria se destina ao culto a uma santa branca tem provocado modificações nos retratos e *souvenirs* oferecidos nas feiras e comércios de rua em geral na cidade, que passam a retratar a santa como uma mulher negra, ainda que isso descaracterize o patrimônio cultural em questão (PINHO, 2018). Vejamos a contribuição de Vatin (2007) sobre este tema:

Os turistas afro-americanos geralmente não sabem que esta santa é cultuada pela Irmandade desde o início do século XIX e que seu culto insere-se em um contexto de sincretismo religioso que, em si, representa uma estratégia de luta e sobrevivência das crenças dos escravos. Acreditar que as irmãs deveriam adorar uma santa negra é uma forma redutora de entender a história e parece refletir a maneira circunscrita como, muitas vezes, a própria negritude e sua base de africanidade estão sendo definidas, em diversos pontos da diáspora. A interpretação racial de africanidade tem imposto uma definição restritiva do que pode e do que não pode ser considerado “africano” ou mesmo contendo africanidade. Assim se está negando não apenas que o “africano original” tem várias e múltiplas ancestralidades – já que, como matriz, este é entendido como algo que deveria ser mantido “puro” – mas, nega-se assim até mesmo aquilo que é óbvio e reconhecido por ser inerente à própria noção de diáspora: um dos resultados do deslocamento dos africanos em função do tráfico de escravos é que seus descendentes produzem culturas híbridas (VATIN, 2007, p.13).

Na esteira desta discussão, podemos incluir como exemplo as reformas pelas quais a região do Pelourinho passou na segunda metade do século XX utilizando o mercado turístico como uma estratégia para revitalizar o centro histórico de Salvador, que se encontrava com altos índices de vulnerabilidade social (CIFELLI e PEIXOTO, 2012). Os autores ainda falam mais a respeito da combinação do turismo com revitalização urbana:

Esse objetivo de converter o Pelourinho em pólo de atração turística resulta de projetos que tiveram origem no final dos anos 1960 e que pretendiam combinar patrimônio, turismo e desenvolvimento territorial a partir da concretização do “Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho”, de 1969. Ou seja, em Salvador, tal como em muitos outros locais, ao mesmo tempo que, através do alargamento da malha urbana e da criação de novas centralidades e zonas mais nobres, se criam as condições para a localização de funções e de pessoas mais estigmatizadas no centro antigo, descobre-se a combinação patrimônio-turismo como elixir das políticas urbanas locais (CIFELLI e PEIXOTO, 2012, p.5).

Os problemas sociais da cidade de Salvador que se exacerbavam no centro histórico espantavam os turistas, de forma que o projeto de valorização do patrimônio histórico da região do Pelourinho serviria tanto para ampliar o seu capital turístico quanto para “resolver” as questões de degradação e violência que ali se instalaram. Ao analisar quais foram as intervenções feitas, fica evidente o “viés cenográfico” da reforma. Entre as iniciativas, cerca de 600 prédios foram alvos de reforma, tendo seus residentes sido realocados em outras áreas da cidade. Essa reforma envolveu processos de restauração e recuperação dos prédios degradados e manutenção dos imóveis em boas condições. Além disso, foi realizada uma pintura multicolorida nos prédios da área, sem respeitar as suas cores originais, com o objetivo de embelezamento (CIFELLI e PEIXOTO, 2012). Fica evidente aqui a descaracterização de um patrimônio histórico para fins de valorização econômica. É aqui que a contradição se evidencia.

O resgate de uma imagem positiva do Pelourinho e da cultura baiana, que o Governo Estadual passa a exhibir, retifica um certo consenso público relacionado com a relevância econômica e cultural de tais intervenções. Porém, as suas ações e a sua intencionalidade omitem as contradições sociais inerentes ao processo de mercantilização patrimonial (CIFELLI e PEIXOTO, 2012, p.11).

Diante dos exemplos analisados, confirmamos que Salvador é um exemplo da contradição distinção/padronização que um lugar turístico sofre. Resta agora analisar qual é o papel do turismo de raízes neste cenário.

3.2. O TURISMO DE RAÍZES E O TURISMO DE MASSA

Identificamos no início deste capítulo que o pacote turístico desenvolvido para Salvador e oferecido aos turistas afro-norte-americanos é bastante parecido com os que são oferecidos aos outros turistas internacionais. Sendo assim, o que poderia justificar o turismo de raízes como um subgrupo? O que torna o turismo de raízes um segmento específico, apartado do “turismo afro” em Salvador? Entendemos que a resposta para estas perguntas é: o turista. É o turista afro-norte-americano que transforma a experiência turística no “encontro com suas raízes”. É a motivação dele que molda, em grande medida, o turismo de raízes. Sendo assim, de que forma o turista afro-norte-americano molda o turismo de raízes em Salvador? Vejamos alguns exemplos.

A principal demanda que é gerada especificamente pelos turistas afro-norte-americanos é a de estar rodeados por pessoas negras. Em vários momentos, Pinho (2018) menciona este fato como um catalisador de mudanças para o turismo em Salvador. Apesar de ser uma cidade com uma alta porcentagem de pessoas negras, é sabido que quanto mais especializado o serviço, maior é a chance de ele ser realizado por uma pessoa branca. Os turistas afro-norte-americanos então fazem questão de que a estrutura turística, composta por hotéis, restaurantes, guias turísticos, casas de câmbio, passeios, transporte, etc., seja composta por pessoas negras. Encontramos em Pinho (2018) o relato de alguns donos de agência de turismo (pessoas brancas) que reclamam dessa demanda “racializada”, mas mesmo que de forma relutante, eles têm investido em capacitação de guias turísticos negros.

Somando-se a isso, outro aspecto que molda o turismo de raízes de forma singular em comparação com os outros é a solidariedade. Existe uma demanda forte por incluir no roteiro visitas a instituições de ensino ou de cultura para as quais possam fazer doações. Em Pinho (2018) encontramos relatos de guias turísticos contando que os turistas afro-norte-americanos são os mais generosos, e que em sua maioria desejam ajudar de alguma forma. Além do caso da doação de um imóvel para a Irmandade da Boa Morte, existem iniciativas de intercâmbio proporcionadas por cursinhos populares em Salvador que, com as doações e com as redes criadas entre os turistas e os responsáveis pelos projetos, buscam inverter o sentido “norte-sul” do fluxo de conhecimento.

Insistindo neste tema, retomamos o tropo “*a cozier Africa*” como essencial para a inserção de Salvador na rota turística de raízes afro-norte-americana. A narrativa do triunfo sobre a escravidão esconde os conflitos enfrentados pela sociedade baiana (e brasileira). Vamos além ao dizer que grande parte da organização política que os turistas afro-norte-americanos dizem tanto faltar aos irmãos afro-brasileiros estão presentes nas histórias que não lhes são contadas. Muitos destes exemplos históricos e geográficos não se encontram em Salvador, o que não colabora para o fortalecimento da narrativa da “africanidade” que distingue a cidade perante o mercado turístico. Tenhamos como argumento apenas um exemplo conhecido para que não precisemos nos alongar: os diversos quilombos espalhados pelo país, a começar pelo Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas.

Em “A busca da África no candomblé” (2004), Capone também nos fornece um rico exemplo ao discorrer sobre como o candomblé nagô tomou o protagonismo em Salvador diante de tantas outras vertentes trazidas de África, carregando o valor de pureza em detrimento de outras religiões, como por exemplo a umbanda, rotulada como “degenerada” por conta de seu caráter híbrido. Existem práticas originadas dos saberes africanos em diversos lugares do Brasil, como Capone demonstra de forma competente. Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais são apenas alguns dos estados para onde podemos começar a olhar e encontrar rapidamente raízes africanas na escala do cotidiano. Entretanto, a “africanidade” se cristalizou no lugar turístico Salvador de forma que para além dos elementos que deram origem à fama, recursos são empregados em reafirmá-la. A escala do cotidiano, do espaço vivido, é tornada um espetáculo. Ela não deixa de ser a vida das pessoas, mas adquire uma nova responsabilidade, a de responder às demandas da escala global, do turismo internacional. No caso do turismo de raízes, mais do que isso: responder às demandas do resgate ancestral de um povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou reunir elementos que auxiliassem no desenvolvimento dos estudos do turismo de raízes afro-norte-americano. Foram discutidos aspectos gerais do turismo, do contexto histórico da população negra dos Estados Unidos e do Brasil ao longo do século XX, de forma a possibilitar uma leitura mais completa a respeito do cenário em que um lugar turístico “nasce”.

Uma breve discussão sobre o lugar foi feita a partir de autores da geografia crítica com o objetivo de respaldar o uso do termo “lugar turístico”, que ganha sentido a partir da convergência das escalas do espaço vivido com o global.

Na tentativa de lançar luz sobre o caos terminológico encontrado nos estudos sobre turismo de raízes, turismo étnico, turismo diaspórico, entre tantos outros nomes que poderíamos aqui mencionar, trouxemos o trabalho de Natalia Tomczewska-Popowycz e Vas Taras (2022), um artigo que não só reúne, mas também sistematiza e organiza os termos e seus significados. Nos pareceu bastante coerente, de forma que se realizou uma análise do objeto de estudo em cima do mapa elaborado por eles.

Por outro lado, a espinha dorsal deste trabalho foi a obra de Patrícia Pinho (2018), combinada com reflexões a partir de outros materiais, com o objetivo de esboçar o contorno do que vem a ser o turismo de raízes afro-norte-americano praticado em Salvador, Bahia. É esta construção que trará embasamento para as afirmações finais.

Por fim, entendemos que existe uma sujeição do lugar turístico Salvador ao turista afro-norte-americano que é o que possibilita o turismo de raízes. A sujeição implica em uma relação de dependência, coloca o lugar turístico em uma posição passiva diante do turista. Outra vez a contradição se coloca, pois identifica-se que essa relação de dependência produziu tanto descaracterização quanto apoio e reforço. Retomemos o exemplo da Irmandade da boa morte, que basicamente foi salva pelo apoio dos turistas, mas que também sofre as consequências de ter se tornado uma parada obrigatória no roteiro de quem visita Salvador. Mesmo que grande parte dessas “sujeições” não sejam exclusivamente provocadas pelo público afro-norte-americano, elas fazem parte da rede de estrutura e segurança da qual já falamos anteriormente. É ela que viabiliza esse tipo de viagem principalmente para grupos como o estudado: mulheres, mais velhas, com médio poder de consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 1998.
- BOYER, M. *História do Turismo de Massa*. Bauru: EDUSC; EDUFBA, 2003.
- CAPONE, Stefania. *A Busca da África no Candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). *A necessidade da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2019.
- CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valeria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro (Orgs.). *História do Turismo no Brasil*. 2013.
- DU BOIS, W. E. B. *As Almas do povo negro*. São Paulo: L&PM, 1999.
- HALEY, Alex. *ROOTS: the saga of an American Family*. Garden City, NY: Doubleday, 1976.
- HENTZ, Hélio. *Turismo Legitimado: espetáculos e invisibilidades*. São Paulo: Edições SESC-SP, 2020.
- HOLSEY, Bayo. *Routes of remembrance: refashioning the slave trade in Ghana*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- MAHROUSE, Gada. *Conflicted Commitments: Race, Privilege, and Power in Solidarity Activism*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2014.
- MASSEY, Doreen. *Space, Place and Gender*. 2ª ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- MOLINA, Sergio; RODRIGUEZ, Sergio. *Planejamento Integral do Turismo*. São Paulo: Aleph, 2011.
- PIÉRSON, Donald. *Negros in Brazil: a Study of Race Contact in Bahia*. Chicago: University of Chicago, 1967.
- PINHO, Patrícia Santana. *Mapping Diaspora*. 2018.
- RODRIGUES, Adyr A. B. *Turismo e Geografia: reflexões e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SHARPE, Christina. *No vestígio: Negridade e existência*. São Paulo: Ubu Editora, 2023. 256 p.
- TAVARES, Luis Henrique. *História da Bahia*. 10ª ed. Salvador: EDUFBA, 2001.
- URRY, John. *O olhar do turista*. São Paulo: Editora do Autor, 1999.

Artigos em Periódicos

DOWD-HALL, Jacqueline. O Longo Movimento por Direitos Cíveis e os Usos Políticos do Passado. *Journal of American History*, v. 91, n. 4, mar. 2005. (Tradução de Jefferson Martins Viel em manuscrito).

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos Censos brasileiros. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 40, p. 122-137, dez./fev. 1998-1999.

ROSENTHAL, C. J. The changing contexts of family care in Canada. *Ageing International*, v. 24, n. 1, p. 13–31, 1997.

SÁ, Natalia Silva Coimbra de; SOUZA, Regina Celeste Almeida. A Festa da Boa Morte em Cachoeira (BA): Contextualização e importância para o turismo étnico na Bahia. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 20, n. 3, p. 112-125, 2010.

TOMCZEWSKA-POPOWYCZ, Natalia; TARAS, Vas. Os muitos nomes de 'Turismo de Raízes': Uma revisão integrativa da terminologia. *Revista de Turismo*, v. 35, n. 2, p. 55-73, 2022.

Capítulos de Livros

DAMIANI, Amélia L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 75-90.

Documentários

HARRIS, Thomas Allen. *That's my face*. 2001. 90 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XEmxfEmWfoQ&t=776s>. Acesso em: 28 jul. 2024.

Dissertações e Teses

QUEIROZ, Mércia Maria Aquino de. *Turismo de Raízes na Bahia: Um estudo sobre a dinâmica do Turismo Étnico (Afro) na Bahia: os casos do Pelourinho / Salvador e da Festa da Boa Morte / Cachoeira*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 1994.

XAVIER, Noeme Maria Passos. *A baiana-de-acarajé como símbolo identitário da Bahia e sua apropriação pelo turismo*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

Vídeos

CANAL FUTURA. *Acarajé e Fogo - Sala de Notícias*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KTB5iNm0l0w>. Acesso em: 28 jul. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *O ofício das baianas de acarajé*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OKlx4b9cyuY>. Acesso em: 28 jul. 2024.

IPHAN. *Campanha de Valorização das baianas de acarajé*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SSsgOIHfdn8>. Acesso em: 28 jul. 2024.

Relatórios e Websites

BRASIL. Ministério do Turismo. *Glossário do Turismo*. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>. Acesso em: 30 jun. 2024.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. *UNWTO Tourism Definitions*. Madrid: UNWTO, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18111/9789284420858>. Acesso em: 30 jun. 2024.

Reportagens

BRASIL criou 1 lei antirracismo após hotel em SP negar hospedagem a dançarina negra americana. *El País Brasil*, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-21/brasil-criou-1-lei-antirracismo-apos-hotel-e-m-sp-negar-hospedagem-a-dancarina-negra-americana.html>. Acesso em: 28 jul. 2024.

GUERRA do acarajé: evangélicos comercializam petisco africano em Salvador sem seguir regras. *TV Cultura*, 29 out 2020. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/43553_guerra-do-acaraje-evangelicos-comercializam-petisco-africano-em-salvador-sem-seguir-regras.html. Acesso em: 10 ago. 2024.

HART, Carl. Carl Hart esclarece o episódio do hotel. *Geledés*, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carl-hart-esclarece-o-episodio-do-hotel/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

Decretos e Leis

SALVADOR. Decreto municipal nº 26.804, de 01 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2015/2681/26804/decreto-n-26804-2015-dispoe-sobre-a-localizacao-e-funcionamento-do-comercio-informal-exercido-pelas-baianas-e-baianos-do-acaraje-e-do-mingau-em-logradouros-publicos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 08 ago. 2024.